



Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

VICTOR ALEXANDRE BATISTA RIBEIRO

**BUSCA ATIVA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO ÀS EXPRESSÕES
DA QUESTÃO SOCIAL NA ZONA RURAL DE OURO PRETO - MG: UMA
ANÁLISE DE SEU FUNCIONAMENTO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO CRAS
VOLANTE DO MUNICÍPIO**

MARIANA, MG

2025

VICTOR ALEXANDRE BATISTA RIBEIRO

**BUSCA ATIVA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO ÀS EXPRESSÕES
DA QUESTÃO SOCIAL NA ZONA RURAL DE OURO PRETO - MG: UMA
ANÁLISE DE SEU FUNCIONAMENTO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO CRAS
VOLANTE DO MUNICÍPIO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora acadêmica: Prof. Dra. Verônica Medeiros Alagoano

MARIANA, MG

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R484b Ribeiro, Victor Alexandre Batista.

Busca ativa como estratégia de enfrentamento às expressões da questão social na zona rural de Ouro Preto - MG [manuscrito]: uma análise de seu funcionamento a partir da experiência no CRAS volante do município. / Victor Alexandre Batista Ribeiro. Victor Alexandre Batista Ribeiro. - 2026.

74 f.: il.: color., gráf., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Medeiros Alagoano.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Brasil. Centro de Referência de Assistência Social. 2. Assistência social. 3. População rural. 4. Serviço social de comunidade. I. Ribeiro, Victor Alexandre Batista. II. Alagoano, Verônica Medeiros. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 364.4(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6 1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Victor Alexandre Batista Ribeiro

Busca ativa como estratégia de enfrentamento às expressões da Questão Social na zona rural de Ouro Preto - MG: uma análise de seu funcionamento a partir da experiência no CRAS volante do município

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 05 de março de 2026

Membros da banca

[Doutora] - Verônica Medeiros Alagoano - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto

[Doutora] - Alessandra Ribeiro de Souza - Universidade Federal de Ouro Preto

[Bacharel] - Tatiane Katielle Cardoso Gonçalves - Prefeitura Municipal de Mariana (MG)

[Verônica Medeiros Alagoano], orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 23/03/2026



Documento assinado eletronicamente por **Veronica Medeiros Alagoano, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/03/2026, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1079612** e o código CRC **7F84A064**.

Dedico este estudo a minha mãe que sempre acreditou em mim e a todas as lutas da classe trabalhadora que foram responsáveis por construir as Políticas Públicas que temos em nosso país.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer profundamente a minha mãe Patricia por todo apoio e incentivo incondicional durante todos momentos conturbados e oscilantes da minha graduação. Também agradeço profundamente ao meu pai Ederson por todo suporte e auxílio durante todo processo de minha formação. Agradeço também imensamente ao meu irmão Vinicius que sempre esteve ao meu lado durante toda minha trajetória acadêmica. A minha família, deixo destacado meus agradecimentos principalmente a minha Vó Dorinha e ao meu Vô Tião que sempre se preocuparam comigo durante estes 5 anos; aos Tios Peixe, Cleiton e Leandro, as Tias Luana, Adriana, Vivi e Priscila, e também aos meus Primos e Primas, agradeço por todas conversas, caronas e ajudas diretas e indiretas, vocês também foram muito importantes neste processo.

As minhas amigas Fernanda, Joyce, Mara e Mona Alice, agradeço por trilharem esta trajetória acadêmica ao meu lado, a amizade, os conselhos e o apoio de vocês fizeram com que todo este processo se tornasse mais leve e divertido.

Agradeço demasiadamente à minha supervisora de campo de estágio Regiane, por todos os ensinamentos, paciência e conselhos durante os períodos de estágio que vivenciei sobre sua supervisão, presenciar seu profissionalismo e atuação como Assistente Social foi muito incentivador e gratificante.

A minha orientadora Verônica, agradeço por me orientar e incentivar com toda paciência e compreensão durante o processo de desenvolvimento e conclusão deste estudo.

Também dedico meus agradecimentos à equipe do CRAS Volante, Cinthia, Juliana, Robson, Gabriel e Letícia, por toda receptividade e acolhimento durante parte do processo de estágio na instituição, e, o fornecimento dos documentos necessários para o desenvolvimento deste estudo.

Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto, ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, ao Departamento de Serviço Social e ao corpo docente por todo subsídio de conhecimento e estrutura essenciais para a realização de minha formação.

Por fim, agradeço a Deus e registro um agradecimento especial em memória a minha Vó Aparecida e ao meu Bisavô Jorge.

Obrigado a todos e todas que estiveram presentes nesta caminhada!

RESUMO

O presente trabalho aborda a busca ativa como estratégia fundamental de enfrentamento às expressões da questão social na zona rural do município de Ouro Preto localizado no estado de Minas Gerais. A pesquisa foca no isolamento socioterritorial de distritos afastados e analisa o funcionamento da referida estratégia a partir da experiência vivenciada no Centro de Referência de Assistência Social Volante. O estudo tem como objetivo principal analisar o funcionamento da busca ativa nessas localidades. A investigação busca compreender os fatores que permeiam a disparidade nos atendimentos entre diferentes áreas rurais do município. O problema de pesquisa concentra-se nas barreiras geográficas e estruturais que dificultam o acesso da população aos serviços socioassistenciais. A metodologia adotada fundamenta-se no método materialista histórico-dialético, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e da análise documental por meio do desenvolvimento de comparação quantitativa baseada no registro mensal de atendimentos do ano de 2025 realizados pela instituição, para sustentar a investigação. A fundamentação teórica engloba o estudo dos fundamentos da questão social, a formação sócio-histórica brasileira, a trajetória da política de assistência social no Brasil, e a busca ativa dentro da política de assistência. As considerações finais evidenciam que a disparidade nos atendimentos reflete os obstáculos territoriais e não a ineficiência do serviço. O estudo conclui que a atuação do CRAS Volante reafirma a importância da instituição para a garantia de direitos. A busca ativa mostra-se indispensável para a identificação e a inserção de famílias que não estão cobertas pela rede de proteção social. O trabalho ressalta a necessidade contínua de aprimoramento das políticas sociais voltadas para o contexto rural.

Palavras-chave: Busca ativa; CRAS Volante; Questão social; Zona rural; Assistência social.

ABSTRACT

This paper addresses proactive outreach as a fundamental strategy for confronting expressions of social issues in the rural area of the municipality of Ouro Preto, located in the state of Minas Gerais. The research focuses on the socio-territorial isolation of remote districts and analyzes the functioning of this strategy based on the experience of the Mobile Social Assistance Reference Center. The main objective of the study is to analyze the functioning of proactive outreach in these localities. The investigation seeks to understand the factors that permeate the disparity in services between different rural areas of the municipality. The research problem focuses on the geographical and structural barriers that hinder the population's access to social assistance services. The methodology adopted is based on the historical-dialectical materialist method, using bibliographic research and document analysis through the development of quantitative comparison based on the monthly record of services provided by the institution in 2025, to support the investigation. The theoretical framework encompasses the study of the foundations of the social question, the socio-historical formation of Brazil, the trajectory of social assistance policy in Brazil, and proactive outreach within social assistance policy. The final considerations highlight that the disparity in services reflects territorial obstacles and not the inefficiency of the service. The study concludes that the performance of the Mobile CRAS (Social Assistance Reference Center) reaffirms the importance of the institution in guaranteeing rights. Active outreach proves indispensable for identifying and including families not covered by the social protection network. The work emphasizes the continuous need to improve social policies aimed at the rural context.

Keywords: Active search; Mobile CRAS (Social Assistance Reference Center); Social issue; Rural area; Social assistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Seções informativas sobre serviços, benefícios e programas disponibilizados pelo SUAS.....	33
Figura 2 - Mapa estatístico territorial do município Ouro Preto.....	39
Figura 3 - Fotografia do Centro histórico do Município de Ouro Preto.....	42
Figura 4 - Fotografia de um dos locais que integram a zona rural de Catarina Mendes.....	42
Figura 5 - Representação da distância e o tempo de deslocamento da sede de Ouro Preto até Catarina Mendes , via Satélite.....	46
Figura 6 - Trecho da notícia onde um morador denuncia o esquecimento de Catarina Mendes em uma sessão ordinária realizada no município de Ouro Preto.....	47
Figura 7 - Representação da distância e o tempo de deslocamento da sede de Ouro Preto até o subdistrito do Mota, via Satélite.....	48
Figura 8 - Fotografia de um trecho das únicas ruas do subdistrito do Mota.....	50
Figura 9 - Imagem via satélite do subdistrito do Mota retratando a grande presença e proximidade das Indústrias Minerárias.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gráfico quantitativo de identificação de gênero dos(as) usuários das localidades de Mota e Catarina Mendes.....	52
Tabela 2 - Gráfico quantitativo de identificação de raça dos(as) usuários das localidades de Mota e Catarina Mendes.....	53
Tabela 3 - Gráfico quantitativo do número de atendimentos realizados nas localidades de Mota e Catarina Mendes em 2025.....	53
Tabela 4 - Gráfico quantitativo da média de idade dos(as) usuários assistidos nas localidades de Mota e Catarina Mendes.....	55
Tabela 5 - Gráfico quantitativo dos benefícios eventuais acessados pelos(as) usuários de Mota e Catarina Mendes em 2025.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente comunitário de Saúde
CAPs	Caixas de Aposentadoria e Pensão
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DF	Distrito Federal
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RMA	Registro Mensal de Atendimentos
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. APREENSÕES ACERCA DA QUESTÃO SOCIAL.....	15
2.1. Fundamentos da Questão Social.....	15
2.2. Respostas diante as expressões da Questão Social no Brasil.....	24
2.3. Política de Assistência Social.....	33
2.3.1. A institucionalização da busca ativa na Política de Assistência Social.....	44
3. O FUNCIONAMENTO DA BUSCA ATIVA NO TERRITÓRIO DE OURO PRETO A PARTIR DA ATUAÇÃO DO CRAS VOLANTE.....	46
3.1. Análise territorial do município de Ouro Preto e apresentação da Instituição CRAS Volante.....	46
3.1.1. Análise e reflexão acerca do perfil dos (as) usuários atendidos pelo CRAS Volante a partir da experiência de estágio e compreensões postas no diário de campo.....	50
3.2. Análise dos Dados.....	53
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXOS.....	72

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca trazer um debate acerca da ação de busca ativa, uma importante ferramenta referente a ampliação da cobertura socioassistencial sendo um elemento enfatizado em planos de ações do governo federal como por exemplo no II Plano Decenal Da Assistência Social (2016-2026), na zona rural do município de Ouro Preto a partir de uma ótica crítica analítica sobre seu funcionamento enquanto estratégia de enfrentamento às expressões da questão social, que permeiam as áreas rurais da cidade.

Este estudo é fruto da experiência vivenciada durante os três períodos de estágio obrigatório em Serviço Social, realizados no CRAS Volante da cidade de Ouro Preto. A experiência na instituição possibilitou conhecer de forma detalhada o cotidiano profissional não só da assistente social do equipamento, mas da equipe multidisciplinar no geral. A dinâmica de trabalho da equipe, que consiste na ida á distritos e subdistritos distantes da sede do município, clareia de forma nítida a diferença entre o rural e o urbano no que remete às relações sociais, cotidianas, culturais e a manifestação das expressões da questão social.

Visto que a dinâmica de trabalho da instituição consiste fundamentalmente como uma ação de busca ativa, levando os serviços ofertados pelo CRAS aos distritos e subdistritos dos mesmos, onde se localizam as zonas rurais de Ouro Preto, surge-se uma inquietação acerca do funcionamento desta ação quando comparamos os números ligados a sua atuação no subdistrito do Mota e na zona rural de Catarina Mendes, tendo em vista que a instituição consiste em uma ferramenta importante no enfrentamento das expressões da questão social nestas localidades e no fortalecimento da universalização de direitos ligados à política pública de assistência social no geral.

Conforme as informações supracitadas anteriormente, destaca-se que o objetivo geral da pesquisa corresponde a uma análise diante do funcionamento da busca ativa como estratégia de enfrentamento às expressões da questão social na zona rural de Ouro Preto-MG, a partir da experiência de estágio no CRAS Volante. É importante ressaltar que esta análise será realizada sobre uma ótica crítica histórico-dialética, embasada na perspectiva de análise marxista da realidade material concreta, tendo em vista também o cenário contemporâneo marcado pelo avanço do neoliberalismo e o sucateamento das políticas públicas no país.

A metodologia de desenvolvimento desta pesquisa tem como base de sua fundamentação o método materialista histórico-dialético, pois busca compreender a realidade social a partir de suas contradições, historicidade e totalidade. De acordo com Netto (2011)

“em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites - ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais” (NETTO, 2011, p. 18).

Dessa forma, a investigação parte da totalidade social para compreender o funcionamento da busca ativa como estratégia de enfrentamento às expressões da questão social na zona rural de Ouro Preto, considerando a experiência do CRAS Volante.

O caminho metodológico parte de uma revisão bibliográfica de literaturas acadêmicas sobre o tema proposto, envolvendo autores clássicos e contemporâneos que irão debater e trazer contribuições sobre os fundamentos da questão social, a formação sócio-histórica brasileira e suas particularidades, e o trajeto histórico e funcionamento da política de assistência social. Essa revisão permite consolidar um referencial teórico que orientará a análise crítica diante do tema.

Também se utilizou de uma pesquisa documental por meio da análise de leis, decretos, instruções normativas e relatórios que regulamentam e orientam a política de assistência social no Brasil, com destaque para a LOAS (Lei 8.742/1993), a PNAS (2004), a NOB/SUAS, o II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026) e a Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS nº 10/2011, que institui a busca ativa como estratégia nacional.

A pesquisa também possui um caráter qualitativo e exploratório, uma vez que procura aprofundar a análise das práticas institucionais relacionadas à busca ativa no contexto rural do município de Ouro Preto, e busca, a partir do complemento de uma análise comparativa, compreender quais fatores permeiam a grande diferenciação no número de usuários atendidos e cadastrados no subdistrito do Mota e na zona rural de Catarina Mendes, duas localidades pertencentes a Ouro Preto. A escolha destes dois locais parte de uma primeira concepção diante das particularidades territoriais de cada um, assim como a diferença no número de atendimentos realizados entre um e outro. Para desenvolver esta análise, foram utilizados dados quantitativos, como planilhas contendo o número de usuários cadastrados em ambas localidades, registros mensais de atendimentos do ano de 2025 e outros documentos oficiais disponibilizados pelo CRAS Volante, além de um exame detalhado sobre o registro de 154 atendimentos ocorridos somando duas regiões. Os dados obtidos foram distribuídos e analisados por meio do estabelecimento de categorias de análise, visando sintetizar as informações a respeito de identificação de raça, gênero, média de idade dos usuários de cada

localidade, número de atendimentos realizados no ano de 2025, além do número de acesso aos benefícios ofertado pelo CRAS Volante por parte dos usuários, esta síntese teve como objetivo subsidiar uma análise sólida e objetiva das informações coletadas.

Os procedimentos teórico-metodológicos permitiram articular teoria e prática embasados na totalidade da realidade material concreta, possibilitando uma leitura crítica da realidade estudada. Ao analisar a experiência no CRAS Volante de Ouro Preto, busca-se não apenas compreender o funcionamento da busca ativa, mas também contribuir para o debate acadêmico e profissional sobre os desafios e perspectivas da política de assistência social em contextos rurais.

No primeiro capítulo, realiza-se uma contextualização teórica sobre os fundamentos da questão social na sociedade capitalista e a formação sócio-histórica brasileira, embasada no referencial crítico marxista e marxiano que fundamenta uma compreensão diante do tema proposto. No decorrer dos subtópicos do primeiro capítulo realiza-se uma análise da formação sócio histórica brasileira situando-a nas particularidades da colonização e do desenvolvimento do capitalismo dependente, e como se dão as respostas diante as expressões da questão social no Brasil. Encerrando o primeiro capítulo, são descritos os principais marcos da trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil até sua consolidação enquanto política pública, destacando por fim a busca ativa como estratégia de garantia e acesso de direitos, buscando compreender no que consiste esta estratégia.

O segundo capítulo inicia-se percorrendo sobre o município de Ouro Preto, trazendo informações geográficas, culturais e territoriais, buscando apresentar também a instituição do CRAS Volante, seus serviços ofertados, equipe e dinâmica de trabalho. No fechar do capítulo, desenvolve-se a análise dos resultados obtidos por meio da análise documental disponibilizada pelo equipamento, evidenciando os desafios e potencialidades da busca ativa no território rural do município.

2. APREENSÕES ACERCA DA QUESTÃO SOCIAL

Historicamente, a assistência tem sido uma das estratégias acionadas pelo Estado para enfrentar a questão social, e não se dissocia, portanto, das relações que caracterizam a sociedade de classes.

YAZBEK

Compreender o modo de funcionamento perverso da ordem societária capitalista em que vivemos demanda uma análise de seus fundamentos, desenvolvimento e a lei que o gere, baseada na acumulação e expropriação. É no centro da lei geral da acumulação capitalista que está imbricada a gênese dos fundamentos da questão social e a manifestação de suas diversas expressões. Desenvolver uma apreensão acerca da questão social e sua fundamentação na sociedade de classes, nos permite entender como se dão suas manifestações e especificidades em determinados territórios e países, especificamente no Brasil. As respostas dadas diante as manifestações das expressões da questão social em solo brasileiro passam a ser analisadas a partir da conjuntura de sua formação sociohistórica e suas particularidades como um país de capitalismo dependente. Dada a compreensão conjuntural até promulgação da Constituição Federal de 1988, retornamos até a década de 1930 para traçarmos um entendimento sobre os principais marcos históricos e características da política de assistência social até sua consolidação enquanto política pública. Reconhecendo o histórico da política de assistência até ela se tornar um pilar da seguridade social, direito do cidadão brasileiro e dever do Estado, buscamos compreender no que consiste a ferramenta de busca ativa na assistência e sua importância na ampliação do acesso à proteção social.

2.1. Fundamentos da Questão Social

Com o desenvolvimento do capitalismo durante os séculos, foram identificados e demarcados alguns estágios em seu decorrer. O primeiro estágio capitalista denominado capitalismo comercial ou capitalismo mercantil, teve seu início com a chamada acumulação primitiva, indo do século XVI a meados do século XVIII. Esta acumulação, também denominada como pré-capitalista, tem seu pontapé inicial a partir das ruínas do feudalismo e a ascensão da burguesia que emergia dos destroços da ordem feudal. Nessa época, a burguesia tinha um caráter revolucionário, “cujos interesses se conjugam com os da massa da população; sobretudo, é a classe que tem por tarefa liberar as forças produtivas dos limites que lhes eram colocados pelas relações feudais de produção e seu específico regime de propriedade” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 101).

A acumulação primitiva, segundo Marx (1983), é o processo histórico que antecede o capitalismo moderno e marca o início da acumulação de capital e das relações de produção

capitalistas. Esse processo não se resume apenas à transformação de escravizados e servos para trabalhadores assalariados, mas envolve a expropriação dos produtores diretos. Como ressalta Wood (2003), o capitalismo dissocia os produtores dos meios de produção e submete todas as esferas da vida à lógica do mercado. Isso significa que a terra e os meios de produção, antes pertencentes a pequenos proprietários, foram concentrados nas mãos de poucos, forçando os trabalhadores a vender sua força de trabalho para sobreviver. Dessa forma, rompe-se a ligação entre o camponês e a terra, transformando-o em proletário. O capitalismo emerge a partir dessa transformação no campo em conjunto com o declínio da ordem feudal¹.

Ao deslocar os antigos produtores e concentrar a posse dos meios de produção para os proprietários capitalistas, inaugurou-se uma nova lógica de organização social, fundamentada na exploração do trabalho e na incessante acumulação de capital. Como destaca Wood (1998, p. 14), “somente no capitalismo, a forma dominante de apropriação do excedente está baseada na expropriação dos produtores diretos, cujo trabalho excedente é apropriado exclusivamente por meios puramente econômicos”. Essa dinâmica específica de expropriação, originada na acumulação primitiva, estabelece uma base estrutural econômica que redefine as relações sociais às mercantilizando e reduzindo-as a meras relações monetárias, consolidando uma lógica centrada na exploração contínua e na acumulação de riqueza, um dos elementos principais da sociedade burguesa.

No decorrer em que se desenvolvia o capitalismo surgia intrinsecamente a denominada “questão social” e a manifestação de suas diversas expressões na sociedade. Ela começou a ser empregada por volta das décadas iniciais do século XIX, com o intuito de caracterizar a pobreza latente que se hipertrofiou cada vez mais na Europa ocidental após a primeira revolução industrial. A pobreza existia antes mesmo da ascensão capitalista, sendo gerada pela escassez ou pela falta de recursos necessários para a subsistência do ser humano, “nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir” (NETTO, 2001, p. 46). Na era do capital a pobreza é “gerada” de maneira inversa, de uma nova maneira, como esclarece Netto (2001),

Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX - o pauperismo - aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas

¹ No feudalismo, a terra era a base da produção e estava associada a relações sociais baseadas na servidão e no trabalho forçado.

mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão (NETTO, 2001, p. 43).

O segundo estágio capitalista caracterizado como capitalismo comercial, vai se estender desde o fim do século XVIII até o último terço do século XIX, sendo marcado pelo encerramento do ciclo progressista da burguesia e o nítido antagonismo de classes que se evidenciou em 1848 na chamada Primavera dos povos e na Comuna de Paris² ocorrida em 1871. “À medida que se desenvolvia o capitalismo, mais se faziam sentir os efeitos da concentração e da centralização” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 102), o proletariado que antes lutava junto à burguesia contra o absolutismo, agora se torna protagonista em uma luta contra a própria classe burguesa, se reconhecendo enquanto classe. A crise econômica e alimentar que se desenvolvia na Europa neste período impulsionou a efervescência das revoltas, que reivindicavam a ampliação do poder legislativo, melhores condições de vida, maior participação política, dentre outras pautas. Foi a partir da perspectiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2001, p. 43), revelando a intrínseca relação entre a luta de classes, que se movimentam conflituosamente sobre a base das contradições antagônicas que constituem a estrutura da sociedade capitalista, e a questão social. Tanto o pensamento laico quanto o pensamento conservador confessional da época caracterizavam a “questão social” como algo passível de se amenizar com a aplicação de políticas sucintas, relacionando-a até mesmo com uma “aspiração divina”, tratando-a como algo natural da sociedade moderna e a utilizando como um instrumento de ação moralizadora.

Alguns anos após a Primavera dos povos em 1848, mais precisamente no ano de 1867, Karl Marx publica sua primeira obra madura, o *Capital*, que traz em seu conteúdo décadas de estudo acerca da dinâmica de funcionamento do modo de produção capitalista, a relação entre capital e trabalho, e também o processo de acumulação desta ordem societária. A partir da análise crítica de Marx diante deste modo de produção foi possível elucidar a enorme dimensão de problemáticas que circundam a “questão social”, sem a reduzir somente à expressão da pobreza ou do próprio pauperismo no geral. Para Netto (2001),

² Os parisienses foram protagonistas da primeira tentativa de implementação de um governo popular socialista. O governo que foi comandado pela classe trabalhadora, durou por cerca de pouco mais de sessenta dias, “teve denodado esforço para implementar o seu programa, cujo conteúdo revolucionário expressava as aspirações dos trabalhadores” (NETTO, 2020, p. 604). Se iniciando em 26 de março de 1871, a Comuna de Paris teve seu fim sangrento marcado por um massacre aos parisienses em maio do mesmo ano. Esse massacre foi fruto de uma investida contra revolucionária do antigo governo de Paris, encerrando outro embate nítido entre a classe operária e a classe burguesa.

A análise marxiana da "lei geral da acumulação capitalista", contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da "questão social", sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a "questão social" - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da "questão social"; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A "questão social" é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo (NETTO, 2001, p. 45).

É no cerne da fundamentação da lei da acumulação capitalista que há uma maior compreensão diante do âmbito geral da “questão social” e suas expressões. O núcleo da fundamentação deste modo de produção é a mercadoria³, que só pode ser gerada ou produzida a partir da única mercadoria capaz de produzir valor, denominada de força de trabalho ou trabalho vivo. De acordo com Iamamoto (2001),

O próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador 'livre' que vende a sua força de trabalho ou uma medida determinada de seu tempo de vida - e seu trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado, com caráter geral (IAMAMOTO, 2001, p. 13).

A compra da força de trabalho se dá a partir de um salário e uma determinada jornada de trabalho. Nessa jornada de trabalho temos a força de trabalho caracterizada como capital variável. Variável pois, quando a força de trabalho produz seu valor de custo em meio horário da sua jornada de trabalho, o horário restante desta jornada será totalmente marcado pelo trabalho excedente, de onde irá sair o “mais valor”, também conhecido como “mais valia”, que pode variar sendo para mais ou para menos, por conta do capital variável. Esse valor a mais gerado, por meio do trabalho produtivo⁴, no momento do trabalho excedente é o que interessa aos capitalistas, e para que se obtenha continuamente mais e mais valor, sem muitas

³ "Começamos por caracterizar a mercadoria: ela é um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual – a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um valor de uso” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 102).

⁴ Trabalho produtivo é trabalho produtor de mais valia, como por exemplo, o operário metalúrgico. No processo de trabalho a atividade do operário metalúrgico, com ajuda dos seus meios de trabalho, como ferramentas de solda, martelos, alicates, dentre outros meios, opera uma transformação do objeto do trabalho (a transformação do minério de ferro para uma chapa de ferro, por exemplo) segundo uma finalidade concebida desde o início do processo. Todo esse processo de trabalho é gerido pelo capitalista no qual comanda o processo de produção. Ele compra a força de trabalho do operário metalúrgico, os meios de trabalho e objetos, para que nesse processo de trabalho saia uma mercadoria no final. A partir desse processo, se inicia o processo de valorização. A etapa crucial do processo de valorização da chapa de ferro é o cálculo da quantidade de trabalho socialmente construído na produção daquela chapa, ou seja, “a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor” (MARX, 1983, p. 163)

variações durante o processo de produção, eles investem no capital constante (trabalho morto, máquinas) que irá reduzir o tempo que a força de trabalho (capital variável) tem para produzir seu custo, aumentando assim gradativamente o tempo de trabalho excedente. Em resumo, reduz-se o tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, ou seja, o seu valor, ampliando simultaneamente o tempo de trabalho excedente ou mais-valia (IAMAMOTO, 2001, p. 14)

Com o aumento desse capital constante, a força de trabalho vai sendo expulsa do processo de produção, indo compor o exército industrial de reserva. Quem permanece no processo, é ainda mais explorado que antes. Além dos trabalhadores expulsos do processo de produção, esse exército também é composto por pessoas que não possuem emprego fixo ou que nunca sequer estiveram fazendo parte do processo de produção, tendo uma vida de sobrevivência precária, por não conseguirem quem compre sua força de trabalho. Toda essa ordem do capital leva a um avanço de acumulação capitalista, polarizando uma grande massa de lucro para uma curta parcela da população, onde a riqueza fica nas mãos dos poucos que detêm o capital, e em contrapartida a pobreza fica com quem não o detém. Nesse contexto gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2001, p. 15)

O terceiro estágio capitalista denominado como Imperialismo se gestou durante as últimas décadas do século XIX, permeou todo século XX e que se propaga até os dias de hoje no século XXI, de acordo com Netto e Braz (2006),

[...] levou a cabo e consolidou a vinculação de nações e Estados de todo o planeta, estabelecendo um fluxo de conexões que acabou por configurar uma economia em que todos são interdependentes (sem prejuízo das hierarquias e das relações de dominação e exploração) (NETTO; BRAZ, 2006, p. 110).

Este estágio é marcado pelo capital monopolista⁵, o capital bancário⁶, a financeirização, e suas grandes crises, sendo datado em dois períodos: o imperialismo clássico, indo de 1890 a 1945, e o capitalismo contemporâneo, iniciando-se em meados da década de 70 até os tempos atuais.

A Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) demarca o início das diversas grandes crises presentes no período do imperialismo clássico. Posteriormente, em 1917, no meio da Primeira Guerra, ocorre a revolução Russa trazendo consigo

[...] a criação do primeiro Estado proletário, simbolizando um conjunto de promessas há muito inscrito no imaginário dos trabalhadores, atraiu a simpatia e a adesão das vanguardas operárias, além de significar um duro golpe contra o imperialismo (NETTO; BRAZ, 2006, p. 114).

Anos depois acontece a crise de 1929, gerada por uma forte recessão econômica, foi uma crise que teve peso mundial, obrigando “os dirigentes capitalistas a ensaiar alternativas político-econômicas que, na fase seguinte, a dos “anos dourados” (1945 - finais dos anos sessenta/inícios dos anos setenta), seriam implementadas pelas principais potências imperialistas” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 113). A Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) vai demarcar, o que seria, a última grande crise de propagação violenta deste período clássico. Após a segunda guerra há a construção dos chamados “anos dourados”, caracterizados também como os 30 anos gloriosos do capitalismo. Neste período de 30 anos houve a elaboração e instauração do *Welfare State*, conhecido também como “Estado de bem estar”, em alguns países da Europa e da América do Norte. Com a expansão de direitos, políticas sociais e econômicas, advindas da pressão gerada pela classe trabalhadora, para Netto (2001, p. 47), o *welfare state* parecia “remeter para o passado a “questão social” e suas manifestações - elas eram um quase privilégio da periferia capitalista, às voltas com os seus problemas de “subdesenvolvimento””. Na década de 70, os anos dourados começaram a declinar

⁵ O capitalismo monopolista vai se formar a partir do estágio do capitalismo concorrencial, pois, a própria concorrência gera o monopólio. O aumento gradual do capital por meio de sua reprodução ampliada fez com que a acumulação passa-se da forma circular para uma forma espiral, o anexo de capitais menores na mão dos maiores, a partir do processo de concentração e centralização, fez com que a “livre concorrência” se transformasse em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas e os setores ainda não monopolizados.

⁶ O capital bancário vai surgir quase em paralelo aos monopólios, com uma mudança de papel dos bancos, que começaram a reunir “capitais inativos de capitalistas e a soma das economias de um grande contingente de pessoas, os bancos passaram a controlar massas monetárias gigantescas, disponibilizadas para empréstimos – e a concorrência entre os capitalistas industriais levou-os a recorrer ao crédito bancário para seus novos investimentos” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 105).

instantaneamente devido a queda das taxas de lucros, encerrando a expansão das políticas sociais e iniciando não só o corte e redução das mesmas, mas como também de outras conquistas alcançadas pela classe operária.

O capitalismo contemporâneo⁷ vai constituir o que seria o terceiro período do estágio imperialista, se iniciando no século XX até os tempos atuais. Após a desilusão de uma longa onda expansiva de políticas sociais e econômicas que ocorreu durante o famoso período dos "anos dourados" do capitalismo, inicia-se uma longa onda recessiva de novas crises, consequência da amenização das grandes crises anteriores, que agora retornam cada vez mais latentes. De acordo com Gonçalves (2015),

Os momentos de crises são de ajustamento da reprodução do capital, considerando a queda da taxa de lucro e a necessidade contínua de extrair o excedente produzido pelos trabalhadores para garantir as condições de valorização, acumulação, concentração e centralização. A crise é o sintoma crônico das contradições do desenvolvimento capitalista (GONÇALVES, 2015, p. 45).

O capitalismo contemporâneo vai adotar e aplicar três estratégias para dar resposta às crises, sendo uma delas a reestruturação econômica que vai intensificar a extração de trabalho excedente; irá ampliar a exploração da força de trabalho com a “diminuição/substituição do trabalho vivo, de modo a diminuir o impacto do capital variável na composição orgânica do capital” (GUERRA, 2022, p. 5); a implementação de uma acumulação flexível e novas tecnologias; realização de ataques ao movimento sindical trabalhista, dentre outras ações.

Outra estratégia é a instauração da ideologia neoliberal⁸, que vai se desenvolver na prática política, realizando a desregulamentação dos direitos, privatizações, a precarização do trabalho, ataques às políticas públicas, dentre outras; essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento (NETTO; BRAZ, 2006, p. 133).

A terceira estratégia consiste no capital financeiro, ou financeirização, que irá trazer elementos como o capital fictício, advindo da compra de ações e títulos da dívida pública, o

⁷ “(...) o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 132).

⁸ “O que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado)” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 133).

“comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos” (SALVADOR, 2018, p. 5) e uma “pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros” (SALVADOR, 2018, p. 5). Todas estas estratégias sempre vão em contrapartida aos interesses e conquistas da classe trabalhadora, que cada vez mais sofre com as ofensivas do capital e a hipertrofia das expressões da questão social.

A questão social possui especificidades em cada região do mundo que conseqüentemente também vai exigir respostas que se conformam com as particularidades sócio-históricas respectivas de cada lugar, levando em conta também como se dá a dinâmica a influência do capitalismo mundial e luta de classes nos territórios.

Possuindo como embasamento teórico as categorias supracitadas anteriormente, contextualiza-se a questão social nas particularidades da formação cultural e sócio histórica brasileira. No Brasil, a colonização não apenas ampliou a acumulação primitiva por meio da expropriação e subordinação de populações, mas também reorganizou as economias locais para atender às demandas do mercado capitalista em expansão. Segundo Moraes (2002), a colonização pode ser compreendida como um processo de expansão territorial, mas não se limita apenas à ocupação física de um território. Para que a expansão se configure como colonização, é necessário que haja a fixação de uma nova estrutura local, transformando a colônia em um espaço subordinado aos interesses econômicos e políticos da metrópole.

Moraes (2002) enfatiza que o processo de colonização é violento e invasivo, caracterizado pela repressão e pela imposição de novas ordens políticas e econômicas que garantam o domínio da metrópole sobre a colônia. Os sistemas produtivos e de organização existentes naquele território são substituídos pelos interesses coloniais, como destaca Moraes (2002, p. 67) “o sentido da colonização em cada território se estabelece numa conjunção entre a geopolítica metropolitana e as condições locais defrontadas pelo colonizador [...]”. Dessa forma, a colônia não é apenas uma extensão geográfica do poder colonial, mas um território reorganizado de acordo com os interesses do colonizador, resultando em mudanças na economia e na política da região ocupada, reforçando assim sua dependência com a metrópole.

A imposição e violência da dominação colonial no Brasil atingiu bruscamente os modos de vida dos povos indígenas e suas formas de resistência, resultando na ocupação do território. A invasão estrangeira no território objetivava o lucro, realizado, sobretudo, com o tráfico negreiro e a escravização, indígena e africana, fato que moldou toda estrutura social e

econômica do país. Uma ferramenta essencial para essa moldagem foi a apropriação capitalista de relações sociais de reprodução não capitalistas.

A produção capitalista de relações sociais de reprodução não capitalistas a partir de Martins (2004) é evidenciada na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, no Brasil. No período escravista que se estende desde o período colonial até a queda do Brasil império, não havia a separação de força de trabalho e trabalhador livre, a pessoa escravizada ao mesmo tempo que era uma mercadoria, também era os meios de produção. Com o declínio deste período, a transição do trabalho escravo para trabalhador livre, e a chegada do capitalismo no Brasil, não houve uma destruição das relações não capitalistas de imediato, mas sim uma nova roupagem das mesmas para garantir a continuidade da acumulação de capital. Um exemplo desta nova roupagem era o colonato, modelo de exploração adotado nas fazendas de café e em outras atividades agrícolas que envolvia formas de trabalho compulsório, no qual os trabalhadores recebiam moradia e uma pequena parcela de terra para subsistência, sendo uma “parceria” entre o trabalhador e o fazendeiro, havendo ali uma relação econômica, mas, não de trabalho assalariado. Segundo Martins (2004, p. 28) “[...] o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundiam, e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra”.

Dessa forma, fica exposta a funcionalidade do racismo ao capitalismo, principalmente na sua face dependente. Racializa uma parcela da população, reproduz ideologias de inferiorização, concentra de forma majoritária nas piores ocupações laborais ou fora do mercado de trabalho e na informalidade (SILVA; FAGUNDES, 2023, p. 228)

Mello e Souza (1986) evidenciam como o capitalismo marginalizou e criminalizou uma “camada” de pessoas livres e pobres, categorizadas como vagabundos, que ficavam entre os grandes fazendeiros e os escravizados. Esta camada que antes “não servia pra nada” começou a compor o chamado exército industrial de reserva. O Estado colonial utilizava tanto a repressão direta quanto a marginalização social para manter o controle sobre a população presente nesta camada. Chalhoub (1990) mostra que a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre não ocorreu de maneira simples. Em vez disso, a cidade se tornou um espaço onde formas alternativas de reprodução social coexistiam com a exploração capitalista (uma destas formas alternativas foi o modo de “parceria”, presente no sistema do colonato, citado anteriormente). O Estado e as elites buscaram destruir essas formas autônomas de vida para consolidar o modelo capitalista baseado na exclusão e na marginalização da população negra.

Assim, o capitalismo não eliminou de imediato as relações sociais não capitalistas, mas se apropriou delas até que fossem consideradas um obstáculo à sua expansão.

A partir desta conjuntura histórica analisada até aqui, podemos observar os elementos que sustentam as bases do desenvolvimento da questão social e suas expressões no contexto sócio histórico brasileiro.

2.2. Respostas diante as expressões da Questão Social no Brasil

Antes de se analisar de que maneira são dadas e direcionadas as respostas diante as manifestações das expressões da questão social no Brasil, em seu contexto contemporâneo, é necessário direcionar um olhar para as particularidades da formação sócio histórica brasileira e como se davam tais respostas durante o principais marcos históricos de sua formação. A princípio é necessário recapitular - como foi abordado brevemente no tópico anterior - que o desenvolvimento do capitalismo foi impulsionado por processos de exploração, expropriação, escravização e extermínio, em vez de ser fruto de uma predisposição natural, entender isso é fundamental para desmistificar suas origens e dinâmicas que moldam toda estrutura social, histórica e econômica brasileira.

A gênese do capitalismo no Brasil e na América Latina como um todo, tem como ponto de partida a chegada da era moderna e sua modernização nesta região. A modernidade consiste em um conjunto de elementos que compõem o eurocentrismo, onde a Europa se coloca como a civilização mais desenvolvida socialmente e culturalmente, assim sendo, o centro do mundo. Com isso, os modernos - os europeus - levariam, o que seria a modernidade, para aqueles que eram vistos como bárbaros, primitivos e subdesenvolvidos, e aqueles “outros” que não faziam parte do centro do mundo. A modernização vai consistir num processo advindo da modernidade, processo esse caracterizado essencialmente pela dominação e civilização daqueles considerados bárbaros. Com isso, o que compõe a modernidade, será aplicado durante o processo de modernização. Para Dussel (1993, p. 7), autor da obra “1492 O encobrimento do outro” (A origem do mito da modernidade), “a modernidade tem um “conceito” emancipador racional (...) mas, ao mesmo tempo, desenvolve um “mito” irracional, de justificação da violência, que devemos negar, superar”. A desmistificação por trás do encobrimento do “outro”, mais especificamente, o encobrimento da história sangrenta por trás da chegada de outros povos na América latina, evidencia não só uma das particularidades dos países latino americanos mas como também nos proporciona uma base para entendermos as demais outras que permeiam estas localidades. Dussel (1993)

propõe seis figuras para compreender o processo histórico contínuo de encobrimento, sendo elas: invenção, descobrimento, conquista, colonização, conquista espiritual⁹ e encontro de dois mundos¹⁰. Neste estudo serão abordadas apenas as quatro primeiras figuras, que servirão como pontos de partida essenciais para chegarmos ao contexto do Brasil colônia.

A figura da invenção é caracterizada pela “invenção do ser-asiático” da América. Essa “invenção” surge com a chegada de Colombo na América em 1492, onde ele acreditava ter chegado à Ásia. As afirmações de Colombo sobre sua chegada à Ásia, fortaleciam a ideia de que a terra tinha três partes: Europa, África e Ásia. O autor conclui essa primeira figura dizendo que “O “ser-asiático” - e nada mais - é uma invenção que só existiu no imaginário, na fantasia estética e contemplativa dos grandes navegantes do Mediterrâneo. É o modo como “desapareceu” o Outro, o “índio”, não foi descoberto como Outro, mas como o “si-mesmo” já conhecido (o asiático) e só re-conhecido (negado então como Outro): “em-coberto” ” (DUSSEL, 1993, p. 32).

O descobrimento é uma figura posterior à “invenção”, sendo marcada pela descoberta do “em-coberto”. De acordo com a perspectiva e a mentalidade dos colonizadores um novo mundo foi descoberto pelo navegador italiano Américo Vespúcio em 1501, após sua tentativa falha de chegar ao trecho de Sinus Magnus, que Colombo afirmava ter encontrado na Ásia. Vespúcio acreditava ter descoberto o que seria a “quarta parte da terra” habitada por primitivos nus (o “ser-asiático”) , que em 1507 será chamada de América, em homenagem ao seu “descobridor”. O Outro, antes visto como “ser-asiático”, agora se torna si-mesmo. Diante dos olhos europeus tomados pelo ego moderno, esse “Outro” será colocado no patamar de irracional e bárbaro.

⁹ A conquista espiritual, última figura a ser trabalhada neste estudo, é marcada pelo domínio religioso. A cultura religiosa indígena era vista como algo demoníaco cultuada por selvagens, seus costumes de adoração, templos simbólicos, rituais, dentre outros símbolos de sua religiosidade, deveriam ser destruídos. Quem não aceitava se converter ou seguir a religião cristã européia, iniciava uma guerra na qual não tinha chance alguma de vencer, sendo assim, totalmente aniquilado. Em 1524 se inicia a “conquista espiritual” com a chegada de missionários ao México, dando princípio a propagação e pregação das doutrinas cristãs, durante quatro décadas. Essa conquista espiritual “mais se assemelha a uma obrigatória (ou irrecusável) dominação religiosa - dominação da religião do conquistador sobre o oprimido - do que um ato adulto de passagem a um momento superior da consciência religiosa” (DUSSEL, p. 64).

¹⁰ A última figura consiste na análise e debate crítico do eufêmico termo “encontro de dois mundos”. O conceito de encontro traz uma ideia de encobrimento, um apagamento histórico cultural indígena, como se tudo que veio a acontecer na América, desde seu descobrimento, conquista, colonização e conquista espiritual, se desenvolveu de forma pacífica. De acordo com Dussel (1993) o que se teve “não podia então ser um “encontro” de duas culturas - uma “comunidade argumentativa” onde os membros fossem respeitados como pessoas iguais - mas era uma relação assimétrica, onde o “mundo do Outro” é excluído de toda racionalidade e validade religiosa possível” (p.64-65). O que se teve foi um “choque” de dois mundos, marcado por massacres e destruições.

Após o “descobrimento” e reconhecimento do território Americano, se tem a figura da conquista. De acordo com Dussel (1993) “ a “conquista” é um processo militar, prático, violento que incluí dialeticamente o Outro como o "si-mesmo". Ainda em consonância com o autor, o Outro, em sua distinção, é negado como Outro e é sujeitado, subsumido, alienado a se incorporar à totalidade dominadora como coisa, como instrumento...” (DUSSEL, 1993, p. 44). Essa conquista violenta tem como exemplo o retorno de Fernando Cortês a cidade asteca Tenustitlan em 1521, no México, destruindo e tomando a cidade.

A figura da colonização é posterior a da conquista, tendo como principal característica a mudança forçada da vida dos(as) indígenas da América. A colonização faz parte do primeiro processo de “modernização”, um processo civilizatório um pouco distinto do processo violento de conquista, tendo “uma práxis erótica, pedagógica, cultural, política, económica, quer dizer, do domínio dos corpos pelo machismo sexual, da cultura, de tipos de trabalhos, de instituições criadas por uma nova burocracia política, etc., dominação do Outro” (DUSSEL, p. 50). Esse processo de colonização vai culminar posteriormente na estruturação de uma América Latina de economia capitalista dependente e uma cultura sincrética.

Por meio dessas quatro figuras escancara-se alguns elementos estruturantes na formação da sociedade brasileira, o racismo, a superexploração e a economia dependente construída a partir do Brasil Império e desenvolvida desde o Brasil colônia. De acordo com Moura (2023, p. 62) o racismo¹¹ é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de "raças eleitas".

A superexploração e a economia dependente são dois elementos intrínsecos da formação sociohistórica de países que foram colonizados. O colonialismo foi de extrema importância para o crescimento do capitalismo mundial, principalmente para os países de capitalismo central, “o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador” (MARINI, 2005, p. 144). Em resumo do que foi descrito sobre certas características cruciais para se entender a base da formação societária brasileira e o desenvolvimento da ordem capitalista neste território, SILVA e FAGUNDES (2022) vão enfatizar que,

¹¹ “Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e domínio das áreas consideradas "bárbaras", "inferiores", "selvagens", que por isso mesmo seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações "civilizadas" ” (MOURA, 2023, p. 62).

Na particularidade latino-americana, o Brasil apresenta, de forma singular, processos históricos que demarcam as relações entre capital e trabalho pautadas pela superexploração do trabalho como determinante econômico do capitalismo dependente, e tem como base fundante e dinamizadora o racismo, que, instituído desde a invasão colonial, ao contrário de ser concebido como traço morto ou vestígio do sistema escravista, foi dinamizado e incrementado como um dos mecanismos reguladores do capitalismo dependente e do imperialismo (SILVA; FAGUNDES, 2023, p. 224).

Dadas contribuições a partir desta conjuntura histórica analisada até aqui, podemos observar os elementos que sustentam as bases do desenvolvimento da questão social e suas expressões no contexto sócio histórico brasileiro, tendo como ponto de partida o período colonial. O escravismo dos povos africanos e indígenas, a superexploração do trabalho, a concentração de terra na mão de grandes latifundiários, dentre outros elementos, representam parte dos fatores que perpetuavam a profunda desigualdade e exclusão social daquele período. Desigualdade e exclusão são dois eixos centrais que expressavam a questão social e suas ramificações naquela época. As respostas direcionadas diante a questão social no período colonial podem ser analisadas a partir de duas fases que compõem este mesmo período, delimitadas e identificadas - pelo autor Clovis Moura em sua obra “Dialética radical do Brasil negro (1994) - como escravismo pleno e escravismo tardio. De acordo com SILVA e FAGUNDES (2022),

Na fase do escravismo pleno, ou seja, no período que abrange cerca de 1550 a 1850, criou-se uma estrutura rígida e centralizada na unidade administrativa e judiciária, de modo a racionalizar o sistema de governo da Colônia e criar condições repressivas contra as revoltas negras e indígenas. Nesse período, a escravidão e o número de escravizados cresceram genuinamente, e a repressão era a condição eficaz para conter a rebeldia e manter o equilíbrio social do sistema, alicerçado pela unidade entre a colônia e o mercado mundial. No entanto, a resistência negra foi a marca substantiva de sua libertação e humanização (SILVA; FAGUNDES, 2023, p. 226).

A questão social nesta fase do escravismo pleno, que como dito anteriormente está ligada intrinsecamente às desigualdades e exclusões sociais, vai se manifestar de forma nítida por meio das revoltas dos povos escravizados, recebendo como resposta diante de suas manifestações uma forte repressão advinda da ordem vigente que tinha como objetivo manter seu status quo. Outras respostas às expressões da questão social eram dadas a partir da filantropia e por meio da caridade cristã advinda da Igreja Católica, com ações pontuais e seletivas de assistência direcionadas aos considerados miseráveis e doentes, que ficavam ainda

mais soterrados na margem da sociedade escravista daquele período, contando que não fossem “vadios”.

O capitalismo tardio tem seu início demarcado após o término do escravismo pleno com a Lei Eusébio de Queiroz¹² em 1850 e seu término sendo delimitado pela abolição da escravidão em 1888, possuindo como alguns rasgos fundamentais de acordo com Moura (1994, p. 123) “a urbanização e modernização¹³ sem mudança nas relações de produção fundamentais; legislação protetora, substituindo a repressora da primeira fase, a influência progressiva do capital monopolista (estrangeiro) nesse processo”, dentre outros. Está fase estabelece a derrocada do período escravista no Brasil, dá início a transição do trabalhador escravizado para o trabalhador livre e conclui a fundação de uma economia dependente que vinha sendo construída sobre o solo preparado na fase do escravismo pleno. Como afirma Moura (1994),

“O longo período de duração da escravidão no Brasil, que somente terminará já na época da formação do imperialismo, garroteou a possibilidade do desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente, fazendo-nos uma nação subalternizada economicamente às forças do capitalismo internacional, com todas as implicações políticas que isto determina” (MOURA, 1994, p. 87)

A questão social e suas expressões neste momento se intensificam fortemente por meio da desigualdade e exclusão social que perduram da fase anterior até os dias atuais. O processo de modernização que ocorreu durante o escravismo tardio não tinha em seu planejamento a inserção dos escravizados neste processo, mas sim a intenção de exclusão dos mesmos de forma gradativa, objetificando sempre a conservação interesses e privilégios da elite e dos grandes proprietários. De acordo com Moura (1994),

“O que se desejava, em última instância, era, através dessa estratégia de modernização conservar-se a grande propriedade, mas com o trabalhador livre importado, descartando-se, assim, definitivamente, a integração do trabalhador nacional, especialmente do ex-escravo negro, após a Abolição” (MOURA, 1994, p. 111).

¹² “De todas as medidas tomadas para o desenvolvimento do escravismo tardio e a sua solução no capitalismo dependente a Lei de 4 de setembro de 1850, conhecida como a Lei Eusébio de Queiroz foi a mais direta nos seus objetivos e eficiente nos seus efeitos (...). Por essa lei, as embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação ficou proibida pela Lei de 7 de novembro de 1831, ou os tivessem desembarcado, deveriam ser apreendidas pelas autoridades ou pelos navios de guerra brasileiros” (MOURA, 1994, p. 127).

¹³ “Quando dizemos, na nossa elaboração teórica, modernização sem mudança, queremos afirmar que em determinada sociedade houve um progresso econômico, tecnológico, cultural e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infraestrutura” (MOURA, 1994, p. 85).

A Lei de Terras promulgada em 1850 compõe uma das legislações protetoras que visavam conservar os interesses da elite fundiária e que concomitantemente propagava a impossibilidade de acesso dos escravizados livres na aquisição de terras, meio vital de subsistência e produção. A partir desta Lei, segundo Moura (1994, p. 108) “o Estado passa a ser mero vendedor e não distribuidor das terras de acordo com o interesse público”. Em consonância com o autor “com essa lei os escravos beneficiados com a Abolição ficariam impedidos de exigir ou solicitar terras ao poder imperial como indenização conseguida “por direito” durante a escravidão” (MOURA, 1994, p. 110).

As ramificações da questão social no escravismo tardio manifestadas na superexploração do trabalho, nas ações desumanas de castigos e torturas aos escravizados, na apropriação dos corpos das mulheres escravidas pelos “senhores” “para fins de satisfação de seus desejos sexuais e de seus filhos, como para reprodução de mais mercadoria (força de trabalho) por meio da violência sexual (estupros) (CINSE ALVARO, 2024, p. 195), na desvalorização da mão de obra nacional por meio de políticas imigrantistas e ações que almejavam o branqueamento da população, “conservando os ex-escravos como massa marginalizada, reserva de segunda categoria do exército industrial” (MOURA, 1994, p. 151); na ampliação da exclusão social por meios legais e a intensificação das desigualdades sociais, não se distanciam muito das manifestações que foram citadas na fase do escravismo pleno, mas retratam o que foi o processo de desenvolvimento nacional sem mudança nas relações de produção desta fase. As respostas diante a manifestação da questão social nessa fase, assim como na anterior, seguem sendo dadas a partir da filantropia e por via da repressão que agora se consolida nas leis protetoras¹⁴ “que objetivam proteger o escravo como mercadoria valorizada pela impossibilidade da sua reposição como antigamente” (MOURA, 1994, p. 122) e por meio da caridade cristã advinda da Igreja Católica aos marginalizados e excluídos da sociedade. Ressalta-se aqui que durante o período do escravismo tardio eclodiram-se diversas lutas sociais dos escravizados - acompanhados posteriormente pelos abolicionistas - diante as leis que eram impostas e a desigualdade que se propagava, essas manifestações, a transição para o trabalhador livre e outros elementos supracitados vão desembocar no fim do

¹⁴ “Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885), Lei que extingue a pena do açoute (1886), Lei que proíbe a venda separada de escravos casados (1869) e outras” (MOURA, 1994, p. 122).

escravismo brasileiro e da fase do escravismo tardio, marcado pela Lei Áurea¹⁵ sancionada em 13 de maio de 1888.

No ano seguinte pós abolição da escravidão no Brasil inicia-se o período da Primeira República brasileira - conhecida também como República velha - marcando o fim do período colonial em 1889 e tendo seu encerramento na revolução de 1930. Aqui daremos enfoque aos elementos que remetem e se interligam as manifestações da questão social neste período e as respostas direcionadas às mesmas. A exploração do trabalho - elemento fundante da questão social - na república velha se diversifica de várias maneiras seja na área rural ou na área industrial urbana, como relata Patto (1999)

“No campo, vínculos empregatícios contaminados pela prática do favor prendiam empregados a patrões por dívidas muitas vezes impossíveis de saldar e configuravam situações que beiravam à escravidão. Na cidade, o panorama não era diferente: uma massa de trabalhadores pobres acumulava-se no espaço urbano e vendia sua força de trabalho a preços que degradavam a vida, quando não a inviabilizavam, ou dedicava-se a outras ocupações, em nome da sobrevivência. Sem alternativas no mercado de trabalho, muitos ex-excravos e seus descendentes viviam em situação de desemprego crônico ou agregados a famílias ricas, onde exerciam extensas jornadas de trabalho doméstico não-remunerado” (PATTO, 1999, p. 169).

A autora evidencia o pauperismo nas áreas urbanas e rurais que incidia diretamente sobre os trabalhadores e ex-escravizados que compunham o exército industrial de reserva e que nem sequer acessavam o mercado de trabalho, destacando também a superexploração do trabalho “que podia chegar a 17 horas ininterruptas” (PATTO, 1999, p. 170) abrangendo mulheres e crianças que concomitantemente também estavam inseridos na indústria fabril. Estes dois elementos não só representam as principais manifestações latentes da questão social durante a primeira república, mas também corroboram para a eclosão de diversas greves operárias e movimentos populares neste período. As respostas dadas diante destas manifestações vão se estabelecer, por conseguinte, com a criminalização da pobreza e a partir da coerção do Estado que “variará entre a hostilidade e o apoio explícito à repressão policial e ações caridosas e assistencialistas, especialmente após o sufocamento dos movimentos reivindicatórios e nas crises econômicas que lançam grandes massas em situação de extremo pauperismo” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2020, p. 177). Como se evidencia nos períodos

¹⁵ “Com a Abolição, a emergência do regime de trabalho livre e toda a sequência de lutas por condições melhores de vida e trabalho, nessa altura da história coloca-se a questão social. As diversidades e os antagonismos sociais começam a ser enfrentados como situações suscetíveis de debate, controle, mudança, solução ou negociação” (IANNI, 2011, p. 2011).

anteriores as ações e intervenções do Estado¹⁶, independente do viés, tinham - e vão ter até a contemporaneidade - como principal objetivo a conservação da elite e da ordem vigente. Na Primeira República não foi diferente, os interesses e privilégios da oligarquia cafeeira se conservavam de modo bem eficaz.

O fim da república velha marca o início de uma nova república a partir de 1930 e também demarca o começo da denominada era Vargas, que teve seu encerramento em 1945. Neste período houve uma forte industrialização e expansão das indústrias no país, consolidando a instauração do capitalismo no território. Para entendermos as manifestações das expressões da questão social nessa época, partiremos da institucionalização da carteira de trabalho em 1932. O movimento sindicalista junto às lutas sociais dos setores populares e operários que reivindicavam melhores condições de vida e trabalho começaram a se organizar melhor nesse período, fazendo com que o Estado tomasse medidas para conservação do status quo que iam além da coerção. A partir da década de 30, segundo Iamamoto e Carvalho (2020 p. 198) o Estado assume paulatinamente uma organização corporativa, canalizando para sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares. Diante deste contexto de lutas e contradições, o Estado começa a direcionar medidas reguladoras à classe trabalhadora, que vão desembocar na instauração dos direitos sociais trabalhistas e na introdução da política social no país.

Como dito anteriormente, para entendermos as manifestações das expressões da questão social nessa partimos da instauração da carteira de trabalho, que está intrinsecamente ligado não só ao conceito de cidadania, mas como a conquista da mesma. Segundo Santos (1979, p.76) a regulamentação das profissões, a carteira de profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Em resumo, só era considerado cidadão aqueles ocupavam um cargo de trabalho que possuía um vínculo trabalhista, os que não possuíam tal vínculo ou ocupação eram considerados não cidadãos e não podiam usufruir dos direitos proporcionados pela cidadania, em destaque, os direitos do trabalho. Os “não-cidadãos” vão compor uma grande massa da classe trabalhadora desempregada e incapacitada de trabalhar, que ficaram a mercê do Estado - que a aqui direcionou resposta as manifestações da questão social externalizadas por via das lutas e movimentos sociais da época que ameaçavam a ordem vigente - e serão imersas no pauperismo, contando com a caridade da Igreja Católica, o assistencialismo por meio da

¹⁶ “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX; ENGELS, 2008, p. 14).

ajuda, a filantropia e a solidariedade vinda de ações voluntárias de organizações da sociedade civil.

Os anos precedentes ao término da era Vargas, delimitados de 1946 a 1964, foram marcados “por uma forte disputa de projetos e pela intensificação da luta de classes” (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 109). As lutas populares que agora começam a se organizar politicamente, “as tensões no campo com a organização das Ligas Camponesas, em função da inexistência de uma reforma agrária consistente e da imensa concentração de terra” (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 110), as reivindicações estudantis universitárias e um possível esboço de projeto nacional que possuísem linhas referentes a política social, vão ter como resposta a instauração da ditadura militar em 13 de março de 1964, a partir de um golpe que depôs o então presidente João Goulart.

Não daremos tanto enfoque ao período da ditadura militar que ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, mas destaca-se que a ditadura acabou com as chances de o país ser independente economicamente dos países imperialistas. As reformas de base que estavam dentro do plano de governo do presidente João Goulart¹⁷ se deslocavam para uma perspectiva amplamente democrática - ainda que atendessem a interesses privados - tendo também como tendência o rompimento das linhas de força que traçam as particularidades da sociedade brasileira. A falta de uma ruptura radical com o estatuto colonial e a produção nacional que girava em torno das exportações, assim como outros elementos já supracitados até aqui, compõem estas particularidades. O objetivo do golpe tinha como principal aspecto uma contra-revolução preventiva, cuja finalidade era a internacionalização do capital, a imobilização de protagonistas sociopolíticos e lutas dos movimentos populares. A autocracia burguesa composta pela burocracia civil militar e os grandes latifundiários ruralistas, administravam esta contra-revolução preventiva, apoiada pelos Estados Unidos da América, em paralelo com um processo de continuidade e ruptura.

A continuidade estava relacionada à conservação das piores tradições sociais brasileiras, como a heteronomia e a exclusão popular política, junto ao mantimento das particularidades brasileiras. A ruptura era a instauração do governo ditatorial militar, com características antinacionais e antidemocráticas. O modelo econômico deste regime estruturava o projeto de “modernização conservadora”. Esta “modernização” - termo trabalhado durante a construção desta conjuntura sócio-histórica sintetizada até aqui - trazia como principais aspectos a pauperização crescente junto ao desenvolvimento e investimento

¹⁷ “João Goulart defendia o desenvolvimento e as reformas estruturais como caminho para superação dos principais problemas do país, destacando políticas públicas de educação e saúde” (SALES, 2012, p. 90).

na indústria pesada e a polarização política. Nesta época, a censura e a repressão foram as principais respostas dadas diante das expressões da questão social e os movimentos populares que contestavam a ordem vigente.

Dado o fim da ditadura militar no Brasil em 1985, provocado diretamente pelas pressões populares que voltaram a se aflorar no final do regime ditatorial após anos de censura, inicia-se o período de redemocratização no país. O decorrer do processo de redemocratização terá como marco fundamental de suma importância em 1988, a promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. Segundo Brettas (2017),

“Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF88), sob o calor das lutas que impulsionaram o processo de redemocratização, foi possível registrar um conjunto de definições institucionais que – apesar de seus limites e contradições – apontava para um redirecionamento das políticas sociais” (BRETTAS, 2017, p. 59).

Os direitos sociais e as políticas sociais tomam um novo rumo com a Constituição Federal de 88 que reconhece a assistência social como política social que, junto com as políticas de Saúde e de Previdência Social, compõem o sistema de seguridade social brasileiro e define assim como a Previdência Social e a Saúde as diretrizes financeiras, de gestão e de controle social (BOSCARI, DA SILVA, 2015, p. 111). As respostas direcionadas às manifestações das expressões da questão social agora - até os dias atuais - vão advir da Política de assistência social, reconhecida e institucionalizada na Constituição de 88 como direito do (a) cidadão e dever do Estado em seu cumprimento.

É importante destacar e reconhecer que a assistência social percorre um grande trajeto histórico marcado por lutas e conquistas, até ser reconhecida como política social e posteriormente como política pública como analisaremos a seguir.

2.3. Política de Assistência Social

A análise, construída no tópico anterior, da conjuntura sociohistórica brasileira, as respostas dadas diante as expressões da questão social no território e as particularidades que permeiam país, estabelece um solo robusto para a compreensão de como se dá o caminho da assistência social, marcado por diversas lutas, até seu reconhecimento pelo Estado enquanto política pública.

Para início de compreensão destaca-se que “o surgimento da Assistência Social enquanto política de governo no Brasil, ocorreu na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas” (MEDEIROS, 2020). Desde a invasão do território brasileiro em 1500 até o advento da assistência social enquanto política de governo em 1930 se decorreram 430 anos, onde a caridade cristã e o assistencialismo¹⁸ prevaleceram enquanto principal meio de resposta às expressões da questão social, o que evidencia o quão tardiamente se iniciou a implementação da assistência social no meio governamental.

O período colonial no Brasil que data de 1500 a 1822 e seu período Imperial que se inicia em 1822 com proclamação da independência e se encerra em 1889 com a proclamação da república, terá a Igreja Católica como protagonista central no que se refere às ações assistencialistas e de caridade direcionadas ao pauperismo e outras demandas evidenciadas por aqueles que viviam à margem da sociedade na época. No Brasil colônia, “as práticas assistenciais mais significativas desse período foram desenvolvidas pela Irmandade de Misericórdia, criada em Portugal com viés aristocrático, em 1498, e trazida para o Brasil nas décadas seguintes¹⁹” (SALES, 2012, p. 67). Resgatando o que foi apontado no tópico anterior as ações pontuais e seletivas de assistência, que partiam da Igreja, eram direcionadas aos considerados miseráveis e doentes, que ficavam ainda mais soterrados à margem da sociedade escravista daquele período, contando que não fossem “vadios”. De acordo com SALES (2012),

“A essas características de seleção dos assistidos agrega-se uma distinção criada no Brasil: a distinção entre escravos e não escravos. Os primeiros eram mantidos apenas por seus senhores e não tinham direito ao amparo pelas ações de misericórdia; os segundos eventualmente poderiam contar com essas ações de misericórdia, contanto que não fossem vadios” (SALES, 2012, p. 68).

¹⁸ O assistencialismo são ações tomadas por via da ajuda, filantropia e do voluntarismo social. “No assistencialismo também estão implicadas relações de poder e de dominação o objetivo desse tipo de “ação social”, nunca se baseia na superação da necessidade, violência ou vulnerabilidade, mas na manutenção de uma lógica de dependência e de superioridade” (OLIVEIRA, 2022, p. 4).

¹⁹ “A Irmandade instalou e manteve orfanatos e Santas Casas, disseminando práticas assistenciais e sanitárias pelo país” (SALES, 2012, p. 67).

O pensamento da época²⁰ partia da perspectiva de que ao prestar ajuda ou assistência à aqueles que eram considerados vadios, haveria o fomento da permanência dos mesmo na condição de pobreza em que se encontravam.

Avançando para o estágio do Brasil Império “a assistência pública, nessa época, consistia no confinamento das pessoas em situação de vulnerabilidade e medidas de higiene pública” (SALES, 2012, p. 70). Segundo Sales (2012, p. 69) “a Constituição outorgada em 1824 não trouxe disposições sobre medidas de erradicação da pobreza ou promoção de igualdade material, contendo apenas uma garantia de socorros públicos em seu artigo 179”, diante esse contexto a Igreja católica, os conventos filantrópicos e a caridade societária seguiam com suas ações assistencialistas dirigidas a aqueles considerados miseráveis e necessitados.

Durante a Primeira República (1889 - 1930) “boa parte do contato entre o Poder Público e a população mais pobre se dava por meio da chamada assistência higienista ou filantropia higiênica” (SALES, 2012, p. 73). A presença do assistencialismo prestado por parte da Igreja ainda predominante neste período, contando também - como já destacado anteriormente no tópico passado - com o método coercitivo do Estado perante a criminalização da pobreza e a neutralização de manifestações sociais. Ao que se refere a incriminação da pobreza por parte do Estado, de acordo com Ianni (2011),

“Quando se criminaliza o "outro", isto é, um amplo segmento da sociedade civil, defende-se, mais uma vez, a ordem social estabelecida. Assim, as desigualdades sociais podem ser apresentadas como manifestações inequívocas de 'fatalidades' 'carências', 'heranças', quando não 'responsabilidades' daqueles que dependem de medidas de assistência, previdência, segurança ou repressão” (IANNI, 2011, p. 197).

Apesar do âmbito da assistência não ter tido nenhum avanço significativo, em contrapartida a eclosão de diversas greves operárias e movimentos populares neste período impulsionaram a “regulamentação de direitos trabalhistas e previdenciários, além de lançar luzes sobre questões de saúde e segurança no ambiente de trabalho” (SALES, 2012, p. 73). Segundo Sales (2012),

“Em matéria de seguridade social, esse movimento culminou com a promulgação da Lei Elói Chaves em 1923, antecedido pela criação das caixas de aposentadorias e pensões para empregados de empresas férreas, pelo Decreto n. 4.682/23. Assim, a

²⁰ “Muito tempo depois, praticamente um século após a Abolição da Escravatura, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada. Há estudos em que a “miséria”, a “pobreza” e a “ignorância” parecem estados de natureza, ou da responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais” (IANNI, 2011, p. 195).

previdência foi sendo ampliada, abarcando mais categorias profissionais e conferindo lhes tratamento mais homogêneo, mas sem integrar aqueles que estavam à margem do mercado de trabalho” (SALES, 2012, p. 73).

Com a promulgação da Lei Elói Chaves (1923) instituiu-se “a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores” (BEHRING, BOSCHETTI, 2016, p. 80). As CAPs são consideradas a gênese da previdência social brasileira.

Ao chegar no período da era Vargas (1930 - 1945) a assistência social é colocada enquanto política de governo ligada a previdência social, sendo um ponto de partida inicial nos marcos históricos do desenvolvimento da assistência social enquanto política social até sua consolidação enquanto política social pública integrativa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como é retratado no ANEXO A.

Antes de nos debruçarmos brevemente sobre os principais marcos históricos da política de assistência no Brasil a partir da década de 30 é importante salientar que neste período as particularidades da formação sociohistórica brasileira relacionadas à conservação de privilégios e interesse da ordem vigente começam a seguir um viés onde Estado começa a direcionar medidas reguladoras à classe trabalhadora - destaca-se a criação da carteira de trabalho e suas implicações no fortalecimento da seletividade e exclusão de certos grupos sociais, questão problematizada no tópico antecedente - , mediante as manifestações e lutas sociais reivindicatórias levantadas pela mesma, que vão desembocar na instauração dos direitos sociais trabalhistas e na introdução da política social no país. Por meio do Estado se “criam e aperfeiçoam instituições, de modo a garantir o controle sobre o jogo das forças sociais” (IANNI, 2011, p. 196).

Entre 1937 e meados de 1940, no governo Vargas, são criados o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). O CNSS foi inaugurado em 1938 sendo “a primeira forma de presença de um organismo estatal próximo ao campo de assistência social no Estado brasileiro, ainda que, com um caráter subsidiário de subvenção às entidades sociais” (BOSCARI, DA SILVA, 2015, p. 111). Esses subsídios eram direcionados a entidades filantrópicas privadas, ou seja, mesmo com a assistência social sendo formalizada governamentalmente, as medidas direcionadas a sociedade referente a ela não partia diretamente de uma ação estatal e sim por essas entidades, em resumo, “o Estado abdicou de decidir sobre a alocação de recursos públicos no atendimento dos grupos em situação de maior necessidade” (SALES, 2012, p. 80). As ações tomadas por meio destas entidades não dispunham das características assistencialistas pontuais e seletivas estendidas sobre um viés

da ajuda e benemerência, em conjunto destas características somava-se um caráter mais disciplinador sobre a população pobre, se conjugando também “com a necessidade de preparar e manter mão de obra para ser absorvida na indústria que começava a se desenvolver no país” (SALES, 2012, p. 80).

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi inaugurada em 1942 e surge com a função de prestar amparo aos núcleos familiares dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Segundo Sales (2012, p. 82) “a instituição era presidida pela então Primeira-Dama Darcy Vargas e se fiava no trabalho voluntário da elite civil e predominantemente feminino. Consagrou-se com isso a imagem das “damas da caridade”, típicas de ações de filantropia e benemerência”. Com o fim da segunda guerra em 1945 a LBA direciona seu olhar para as massas submersas na pobreza, dando mais enfoque a assistência à maternidade²¹ e à infância²² desenvolvendo “ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria” (BOSCARI, DA SILVA, 2015, p. 110). Como aponta Sales (2012),

“O principal público atendido pela LBA era composto por mulheres. Porém, longe de buscar a autossuficiência dessas mulheres ou fomentar igualdade de gênero, atribuía-se a elas um papel de coadjuvantes nos rumos da vida nacional: incumbia-lhes preparar adequadamente pessoas (preferencialmente homens) para o mercado de trabalho nacional. Erigiu-se o enfrentamento da “questão social” a uma questão de educação para a maternidade e a LBA se arrogou um papel messiânico, convicta de que poderia livrar as famílias de pobreza por meio de assistência pontual a mães e filhos” (SALES, 2012, p. 80).

Com o passar dos anos Posteriormente, a LBA vai se constituindo “como instituição articuladora da assistência social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo” (BEHRING, BOSCHETTI, 2016, p. 108). A análise construída até aqui revela e ressalta que tanto as casas de Misericórdia quanto o surgimento do primeiro damismo em concomitância com a criação da LBA, “enquanto espaços para reprodução do assistencialismo, ilustram como esse fenômeno não tem interesse em alterar as condições sociais dadas em determinado momento, mas apaziguá-las, além de ser um meio de atuação da elite” (POTRICH, 2021, p. 13).

²¹ “Atribuía-se às mulheres assistidas um papel secundário no desenvolvimento nacional: o de esposas dedicadas à vida doméstica e afastadas da participação na vida pública” (SALES, 2012, p. 84).

²² “Na área da infância e juventude, desdobra-se o Código de Menores, de natureza punitiva, no Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941” (BEHRING, BOSCHETTI, 2016, p. 108). As medidas tomadas a partir desta perspectiva, direcionadas às crianças pobres consideradas infratoras ou delinquentes, só vão seguir outro viés a partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

No período da ditadura militar, mais precisamente em 1977 sobre o governo de Ernesto Geisel, o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) criado em 1974, a LBA - agora ligada ao MPAS -, e outras entidades ligadas a saúde e previdência começam a integrar²³ o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) institucionalizado em 1977. Ao que se refere a LBA neste período, além dos diversos incentivos fiscais e a concessão de isenção de impostos para as entidades filantrópicas conveniadas à legião que foram sendo implementados com o passar dos anos com incentivo de fundos estatais, a Lei n. 6.439/77 segundo Sales (2012),

“(...) atribuiu à LBA competência para “prestar assistência social à população carente, mediante programas de desenvolvimento social e atendimento às pessoas”. Isso incluía a função de prover serviços de assistência complementar não prestados diretamente pelo Instituto Nacional de Previdência Social – INPS e pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS, responsáveis pela previdência e pela saúde, respectivamente” (SALES, 2012, p. 80).

Antes de avançarmos para o principal marco da política de assistência é importante sintetizar e enfatizar alguns pontos e características até o dado momento histórico. No tocante ao conteúdo dos programas de assistência, verifica-se que o combate à pobreza ia pouco além do necessário à sobrevivência física da população destinatária dessas medidas²⁴ (SALES, 2012, p. 107) , a atuação da LBA e suas entidades conveniadas evidenciaram a falta de interesse Estatal em tomar a responsabilidade para si no que tange a política de assistência social, o Estado se mantém como um “financiador” destas entidades que atuavam sem dispôr das características assistencialistas, seletivas, pontuais e filantrópicas. Como aponta Sales (2012, p. 107) “a atuação da LBA se fez com o reforço de estigmas em torno da população pobre”, ainda em consonância com a autora, também “reforçava-se a crença de que aqueles que vivem precariamente são os principais causadores de suas condições de vida” (SALES, 2012, p.104).

A Constituição Federal (CF) promulgada em 1988²⁵ demarca o principal marco da longa trajetória histórica da assistência social no Brasil, “a partir desse momento, foi

²³ “Nessa associação entre previdência, assistência e saúde, impôs-se uma forte medicalização da saúde, com ênfase no atendimento curativo e especializado” (BEHRING, BOSCHETTI, 2016, p. 137).

²⁴ “Preocupações com participação na vida comunitária, autonomia das populações atendidas e mudanças estruturais nas relações sociais não se fizeram presentes nas práticas governamentais” (SALES, 2012, p.107).

²⁵ “A luta dos movimentos sociais no Brasil no final do século passado foi marcada pelo processo de democratização no país a partir da Constituição Federal de 1988. A chamada Constituição Cidadã descentralizava o poder do Estado, garantindo assim abertura para participação da sociedade civil na formulação e controle das políticas públicas nos três níveis do governo” (MEDEIROS, 2020).

reconhecida como uma política pública de responsabilidade do Estado a qual todos os cidadãos têm direito” (POTRICH, 2021, p. 16). A assistência social passa a ser um dos três pilares da proteção social que compõem a seguridade social²⁶ no país, junto à saúde e à previdência. O Art. 203 da CF de 88 estabelece um caráter universal a política pública de assistência social destacando que ela será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, (BRASIL, 1988, art. 203).

Cinco anos após a instituição da CF 88 no dia 7 de dezembro de 1993 é promulgada a lei número 8.742 que cria a Lei Orgânica da Assistência Social²⁷ (LOAS), “após longo processo de luta, negociações e confrontos entre a sociedade civil organizada, agentes sociais, parlamentares, governo federal e profissionais, a política foi regulamentada” (BOSCARI, DA SILVA, 2015, p. 112). A LOAS é responsável por estabelecer normas, princípios e critérios para organização da política pública de assistência social, reafirmando em seu primeiro artigo o dever do Estado no cumprimento da mesma.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

No dia 23 de Janeiro de 2004 é criado Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), posteriormente em 15 de outubro de 2004 o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), junto ao MDS²⁸ e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), aprova a resolução n.145 que deliberou a nova Política Nacional de Assistência²⁹ (PNAS/2004), representando “uma grande conquista democrática da

²⁶ “Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, art.194).

²⁷ “Como consequência da aprovação da LOAS, é extinto o CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social, criado em 1938, e em seu lugar, é criado o Conselho Nacional de Assistência Social, órgão de composição paritária entre sociedade e governo, de caráter deliberativo e controlador da política de assistência social” (BOSCARI, DA SILVA, 2015, p. 112).

²⁸ “A decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de elaborar, aprovar e tornar pública a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS, demonstra a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS” (BRASIL, 2004, p. 11).

²⁹ “Coube à PNAS/2004 a afirmação de que o SUAS deveria atentar para três referências: proteção social, vigilância social e defesa social e institucional” (SALES, 2012, p. 107).

assistência social, pois sua elaboração contou com a efetiva participação dos entes federativos e da sociedade civil” (SALES, 2012, p. 241). Em consonância com a autora,

“Essa política proporcionou diversos ganhos em termos de aprofundamento e sistematização da assistência social. Em seu bojo, foram identificados princípios, diretrizes e objetivos da assistência social, bem como os beneficiários e as proteções afiançadas. Além disso, estabeleceu-se que os elementos necessários à execução dessa política devem ser ordenados sob a forma de Sistema Único de Assistência Social, observando-se padrões normatizados de serviço, atendimento e divulgação, aplicação de indicadores de avaliação e adoção de eixos estruturantes comuns por todos os órgãos e agentes envolvidos, incluindo novas bases na relação com a sociedade civil” (SALES, 2012, p.242).

A partir de sua elaboração construída na PNAS/2004, em 15 de julho de 2005 “a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS foi aprovada pelo CNAS por meio da Resolução n. 130 (SALES, 2012, p. 241)” instaurando assim o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

“Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o Suas teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas), que apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa (MDS, 2019).”

A elaboração e implementação do SUAS “é regida por hierarquização e complementaridade, entre proteção social básica e proteção social especial de alta e média complexidade, inaugurando o papel de referência para famílias e indivíduos” (MDS, 2009, p. 8). Os grandes avanços do SUAS se dão pela sua expansão em todo território nacional a partir dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) - referentes a proteção social básica - , os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)³⁰ - referentes a proteção social de média complexidade - e seus serviços, benefícios e programas de transferência de renda disponibilizados pelo mesmo, representados na imagem a seguir (FIG. 1) , tendo como objetivo identificar os problemas sociais na ponta do processo, focando as necessidades de cada município, ampliando a eficiência dos recursos financeiros e da cobertura social (BOSCARI, DA SILVA, 2015, p. 115). Em consonância com as autoras,

³⁰ “Na atenção básica, a regulação da expansão da oferta pública de serviços volta-se às vulnerabilidades do ciclo de vida, de arranjos familiares, de deficiências ou de falta de acesso a direitos e oportunidades. Na atenção especial, direciona-se à proteção de situações relacionadas à violência, abandono e isolamento, além de contextos de violação de direitos — entre outros, trabalho infantil, exploração sexual ou situação de rua” (JACCOUD, BICHIR, MESQUITA, 2017, p. 6).

“Assim, o SUAS – Sistema Único da Assistência Social é uma estratégia de construção de um sistema de proteção social, que tem como exigências: reforçar a primazia da responsabilidade do Estado e da justiça social, romper com o clientelismo, assegurar direitos e democratizar a participação da sociedade no exercício do controle social. A assistência social deve garantir a segurança e proteção social, pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social” (BOSCARI, DA SILVA, 2015, p. 115).

Figura 1 - Seções informativas sobre serviços, benefícios e programas disponibilizados pelo SUAS



Fonte: Assistência Social (2025)

Seis anos após a instauração do SUAS, mais especificamente em 6 de julho de 2011 é sancionada, no governo Dilma, a lei n. 12.435 que regulamenta o Sistema único de Assistência Social complementando e alterando a lei n. 8.742 de 1993 referente a LOAS em alguns dos seus artigos, reforçando “a importância da descentralização das ações de assistência social, permitindo que estados e municípios adaptassem as políticas às suas realidades locais” (MOURA, 2025, p. 3).

Diante desta construção do trajeto histórico partindo da era vargas em 1930 com a assistência social sendo reconhecida enquanto política social até a consolidação e o reconhecimento da mesma enquanto política pública em 1988 com a Constituição Federal,

tendo em vista seus desdobramentos nos anos posteriores em relação a sua regulamentação a partir da LOAS, PNAS/2004 e a instauração do SUAS, observa-se que este trajeto não percorreu uma estrada fácil, foram cerca de 58 anos de luta, sem contarmos as lutas nos anos antecedentes a 1930, para que se materializassem conquistas. Perante este árduo processo histórico podem ser destacados quatro pontos, o primeiro consiste em reconhecer as significativas conquistas que obtivemos a partir da CF 88 em relação não só ao que se refere a política pública de assistência social com a LOAS, PNAS e SUAS, mas também as demais políticas que compõem a tríade da proteção social que são a base da seguridade social brasileira.

O segundo ponto trata de dispor um olhar crítico sobre a política pública de assistência para discernir que apesar de seus significativos avanços ainda a muito que se avançar e conquistar, e também para reconhecer que mesmo havendo uma reconfiguração no âmbito da assistência social, suas características construídas durante seus primórdios e desenvolvimento com o passar dos séculos ainda se fazem presentes, principalmente em seu caráter seletivo e pontual no trato focalizado da pobreza. O direcionamento seguido pelas diretrizes e fundamentos da política pública de assistência social - estabelecida pelas regulamentações normativas presentes na LOAS, PNAS/2004 e no SUAS - que agora partem de um viés universalista, entram em uma esfera paradoxal quando são estabelecidos critérios³¹ seletivos para o acesso a benefícios e serviços, a partir da constatação de uma renda mínima inferior a ¼ do salário mínimo e até mesmo da ausência de renda. Segundo Yazbek (2018),

“Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados por um viés economicista, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo portanto excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social” (YAZBEK, 2018, p. 81).

Este olhar crítico também nos possibilita romper com a tendência de naturalização da pobreza que sempre foi presente na história da sociedade brasileira sendo reforçada pelas ações assistencialistas e filantrópicas advindas principalmente por parte da Igreja católica, desvinculando-nos também da tendência de “transformar as manifestações da questão social em problemas de assistência social” (IANNI, 2011, p. 196). O pauperismo não é algo natural, muito mesmo uma sentença divina que coloca uma pessoa fadada a viver em tal situação

³¹ “Como face processante no conjunto das ações do Estado no campo social, ou como política específica, é o assistencial que estabelece os parâmetros meritocráticos para o acesso a “benefícios” e recursos concedidos, mantendo as desigualdades fundamentais” (YAZBEK, 2018, p. 69).

desde seu nascimento, o pauperismo “é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão do capitalismo brasileiro contemporâneo; expansão que cria uma população sobrando, cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade na luta pela vida a cada dia” (YAZBEK, 2018, p. 81).

O terceiro ponto retrata alguns desafios enfrentados pela política pública de assistência social. Um dos desafios é a reafirmação da política enquanto uma política de direitos, mesmo reconhecendo que a organização da assistência social estabelece princípios baseados “num modelo sistêmico e aponta para a ruptura do assistencialismo, da benemerência, de ações fragmentadas, ao sabor dos interesses coronelistas e eleitores” (BOSCARI, DA SILVA, 2015, p. 120), reconhece-se também a dificuldade de desvincular tais características da imagem socialmente construída acerca da assistência social, que está totalmente soldada a concepção de ajuda e favor. É um grande desafio “romper com as práticas tradicionais com base na lógica do favor e integrar-se de forma efetiva à seguridade social para que se constitua neste âmbito, como um sistema amplo de proteção social, articulado às demais políticas sociais” (BOSCARI, DA SILVA, 2015, p. 123). Outra complicação enfrentada pela política pública de assistência e demais políticas sociais no Brasil está relacionada ao desmonte e sucateamento das políticas sociais no capitalismo contemporâneo guiado pela ideologia neoliberal onde a “tendência é de um brutal corte de direitos e de conquistas sociais, sobretudo no campo da seguridade social” (SALVADOR, 2010, p. 615). Em momentos de alarde referentes ao fechamento das contas públicas no vermelho, a repartição orçamentária que advém do fundo público - que em sua grande parte é direcionada ao amortecimento de juros da dívida externa, característica predominante do direcionamento do fundo público em países de capitalismo dependente - e é direcionada principalmente para os setores de seguridade social e educação, sempre vão ser os primeiros a sofrerem cortes orçamentários para que as contas fechem no azul.

O quarto ponto consiste na importância da ampliação do acesso a política pública de assistência, objetivo presente nas diretrizes do II Plano Decenal Da Assistência Social (2016 - 2026) referente a “plena universalização do suas, tornando-o completamente acessível, com respeito à diversidade e à heterogeneidade dos indivíduos, famílias e territórios” (BRASIL, 2016, p. 27), mais especificamente em seu primeiro objetivo estratégico desta diretriz que visa “ampliar a cobertura das ofertas da política de assistência social para garantir seu caráter universal e as provisões socioassistenciais necessárias à integralidade da proteção” (BRASIL, 2016, p. 28).

Estes quatro pontos reflexivos demonstram uma compreensão de que a política pública de assistência social brasileira ainda tem muito o que avançar, romper, lutar e ampliar, ou seja, ainda há muitas reivindicações e conquistas a serem alcançadas.

Dando enfoque ao quarto ponto destacado, no que diz respeito à ampliação da rede socioassistencial, a busca ativa emerge como estratégia e ferramenta fundamental para garantir o acesso aos direitos e benefícios dispostos pela política pública de assistência social aos(as) cidadãos que não estão cobertos pelo guarda chuva da proteção social por diversos motivos que sejam. Dessa forma passaremos apresentar a implementação da busca ativa na Política de Assistência Social.

2.3.1. A institucionalização da busca ativa na Política de Assistência Social

A busca ativa na política de assistência, após ser promulgada por uma normativa estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) a Instrução Operacional conjunta entre a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e o MDS n.10 de 25 de outubro de 2011, se tornou mais um instrumento presente no arsenal técnico operativo do(a) profissional inserido na área da política de assistência social, assim como mais uma estratégia de enfrentamento às expressões da questão social que se afluam nas zonas rurais e regiões de difícil acesso. De acordo com Fernandes e Hellmann (2016, p. 37) esta estratégia tem sido explicada como um conjunto de ações, por meio das quais o trabalhador da política de assistência social constrói e amplia seus conhecimentos acerca da realidade socioterritorial, e das condições objetivas de vida dos usuários.

Segundo Garcia (2019, p. 6-7) o instrumento busca ativa, cujo termo teve origem na área da política de saúde, “na assistência social foi inserida como estratégia do Plano Brasil sem miséria cujo objetivo se voltava para se antecipar às demandas dos usuários”. Esta antecipação de demandas se dá com o Estado indo até aquele(a) usuário(a) que está desacoberto pela rede de proteção social e que dela necessita, mas que por diversos motivos não conseguem ter acesso a ela. Como expõe GARCIA (2019):

A busca ativa se apresenta, portanto, como uma forma de encontrar a população invisível aos olhos das políticas sociais no âmbito da assistência social e materializar a visibilidade através da inserção no cadastro único de programas sociais visando a inserção em uma rede de proteção, isto é, através da inclusão em programas, serviços, projetos e benefícios e/ou articulação com as demais políticas setoriais, focando no alcance prioritariamente do público em situação de extrema pobreza (GARCIA, 2019, p. 7 *apud* MDS, 2015).

A partir do fortalecimento e implementação da busca ativa, se colhe diversas informações sobre os(as) usuários atendidos, território, cultura, dinâmica cotidiana da população que ali vive, dentre outras. Com essas informações é possível construir uma sistematização de dados contendo informações pertinentes sobre os(as) usuários(as) atendidos, elaborar relatórios e pareceres sociais com mais elementos em sua elaboração, possibilitando também o(a) profissional inserido na política de assistência fazer análises mais detalhadas sobre suas demandas e também estudos socioeconômicos³² e sociais perante as mesmas. Assim como os relatórios, pareceres sociais, visitas domiciliares, formulários, evoluções de caso, a própria busca ativa citada anteriormente, dentre outros instrumentos presentes no arsenal técnico operativo do profissional inserido na política de assistência, os estudos socioeconômicos/sociais também se mostram como fortes ferramentas neste arsenal. Conforme aponta Mito (2009, p. 9):

Os estudos sociais são estruturados a partir dos sujeitos para os quais a ação está dirigida, formas de abordagem desses sujeitos, bem como pela utilização dos instrumentos técnico-operativos e pela produção de documentos. Documentos esses relacionados tanto às ações na sua singularidade, como na produção de sistematizações como: informes e relatórios que podem desencadear outras ações profissionais, de si ou de outros, ou subsidiar outras instâncias de planejamento, gestão e formulação de políticas sociais (MIOTO, 2009, p. 9).

A partir da análise das obras consultadas, constata-se que os instrumentos de trabalho daquele(a) que atua dentro da política de assistência, quando utilizados e implementados de forma sistematizada sem a dissociação das dimensões teórico metodológicas, ético-política e técnico operativa, acabam se interligando e se complementando ao mesmo tempo. Com a análise territorial se constrói um planejamento mediado e guiado por uma intencionalidade, posteriormente a aplicação de uma estratégia de busca ativa que se deriva para um estudo socioeconômico/social, contribuindo em seguida para a construção de relatórios, evoluções de caso, pareceres sociais, e uma análise mais aprofundada e nítida sobre a realidade concreta no qual está inserido as expressões da questão social e as demandas que chegam ao profissional inserido na política de assistência.

³² O estudo socioeconômico não é apenas um formulário de triagem, o mesmo tem como objetivo identificar aspectos e conhecer a realidade, para contribuir no enfrentamento da questão social. A utilização desse instrumental é uma estratégia para intervir na realidade de uma pessoa ou população, visando uma mudança no contexto em que está inserido, permitindo identificar demandas e necessidades sociais (DA SILVA, 2016, p.1).

Compreendendo a importância da busca ativa como uma importante ferramenta no enfrentamento às expressões da questão social, principalmente nas localidades em que por diversos motivos e particularidades a população presente nelas não conseguem ter acesso a seus direitos e benefícios ofertados pela política pública de assistência, passarei a analisar como ela é organizada no subdistrito do Mota e no povoado de Catarina Mendes, locais pertencentes ao município de Ouro Preto, localizado no estado de Minas Gerais.

3. O FUNCIONAMENTO DA BUSCA ATIVA NO TERRITÓRIO DE OURO PRETO A PARTIR DA ATUAÇÃO DO CRAS VOLANTE

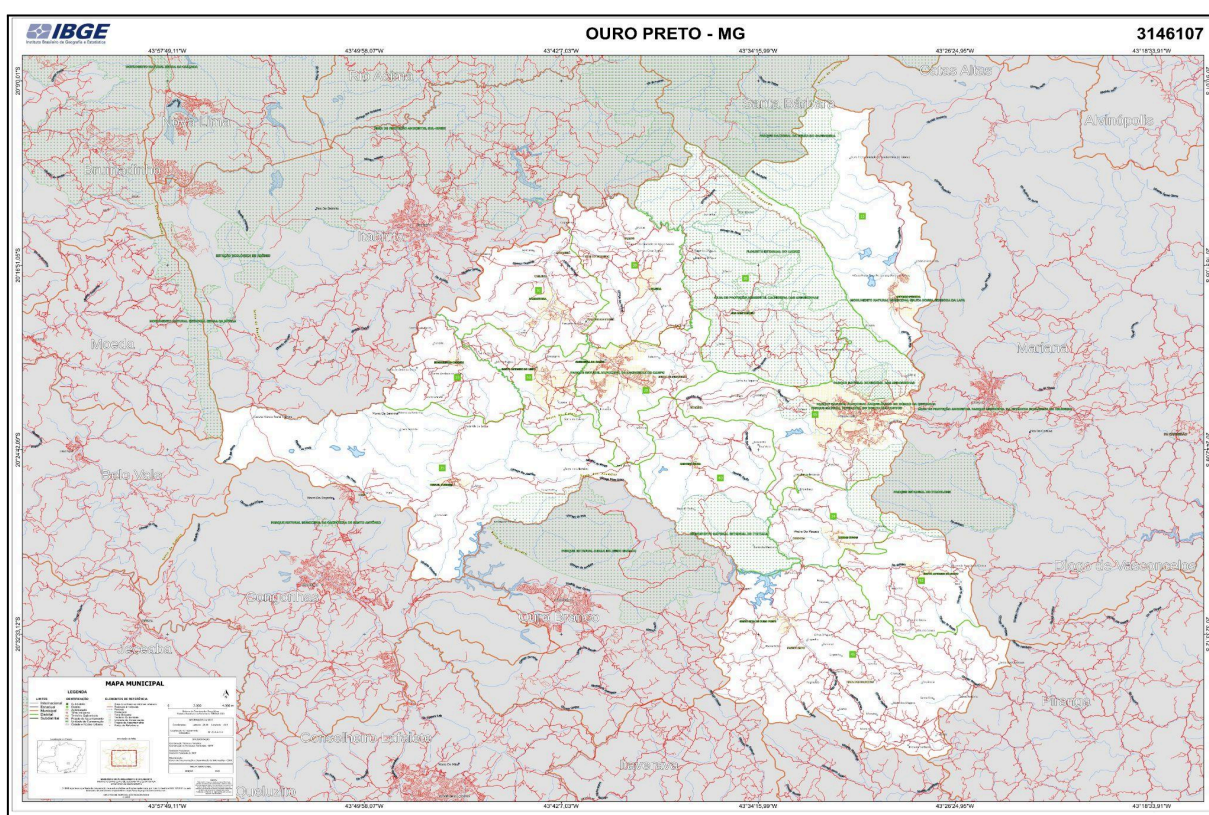
A partir da experiência vivenciada por meio do estágio obrigatório em Serviço Social no equipamento do CRAS Volante observa-se que a dinâmica de trabalho da instituição consiste fundamentalmente como uma ação de busca ativa, levando os serviços ofertados pelo CRAS aos distritos e subdistritos localizados nas zonas rurais de Ouro Preto. A partir daí surge-se uma inquietação acerca do funcionamento desta ação quando comparamos os números ligados a sua atuação no subdistrito do Mota e na zona rural de Catarina Mendes, tendo em vista que a instituição consiste em uma ferramenta importante no enfrentamento das expressões da questão social nestas localidades e no fortalecimento da universalização de direitos ligados à política pública de assistência social no geral.

3.1. Análise territorial do município de Ouro Preto e apresentação da Instituição CRAS Volante

O município de Ouro Preto, chamado de Vila Rica no período colonial, se localiza na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, a cerca de 133 km da capital Belo Horizonte. Conforme dados do IBGE (2023) a cidade possui uma área territorial de 1.245,865 km² (FIG.1) que se estende até seus doze distritos: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu. O clima tropical, com temperaturas em torno de 28 °C no verão, com chuvas concentradas nessa estação, os invernos costumam ser mais rigorosos podendo chegar aos 6 °C. A arquitetura barroca, de características imponentes e seu clima aconchegante, atrai turistas que impulsionam a economia local. Porém ao admirarmos a cidade, somos inevitavelmente invadidos por uma reflexão profunda sobre os árduos sofrimentos e os

sacrifícios dos povos escravizados, cujos corpos, marcados pelo sofrimento, ergueram com suas mãos cada pedra nas ruas e edificaram os grandiosos casarões e igrejas, que hoje se erguem como testemunhos de um passado doloroso e, ao mesmo tempo, pontos de atração para os olhos do mundo.

Figura 2 - Mapa estatístico territorial do município Ouro Preto



Fonte: IBGE (2023)

Sua população estimada é de 74.821 habitantes (IBGE, 2022), possuindo um Produto Interno Bruto de R\$ 713.137.648,60 no ano de 2023 (IBGE, 2023), o município ocupa a 27ª posição dentre as 853 cidades do estado de Minas Gerais e a 229ª colocação geral entre os 5.570 municípios brasileiros. As principais atividades econômicas de Ouro Preto são o turismo e a extração de minério, além do grande fluxo de jovens universitários na cidade. Ao se tratar dos dados referentes a renda per capita, de acordo com o IBGE (2023),

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 127.232,37. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 12 de 853 entre os municípios do estado e

na 124 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2023 era de 69,22%, o que o colocava na posição 796 de 853 entre os municípios do estado e na 4703 de 5570. Em 2023, o total de receitas realizadas foi de R\$ 713.137.648,6 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 669.328.458,2 (x1000). Isso deixa o município nas posições 25 e 27 de 853 entre os municípios do estado e na 217 e 229 de 5570 entre todos os municípios (IBGE, 2023).

Tendo como base os dados expostos acima, na teoria, Ouro Preto ainda faz jus ao nome que recebeu no passado - Vila Rica - mas quando juntamos estes dados e incrementamos um embasamento guiado por uma análise da realidade material em conjunto com uma teoria crítica analítica, percebemos que quanto maior a riqueza, maior é a pobreza, e também o quanto os dados são controversos. Ainda seguindo as informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o salário médio mensal dos trabalhadores formais no município é de 3,1 salários mínimos (IBGE, 2022), estando 31,67% da população ocupada e 35,1% da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (IBGE, 2022). Essa sequência de dados explicita ainda mais esta controvérsia mencionada anteriormente, que está totalmente ligada à indústria de extração de minério presente no município, sendo predominantemente responsável pela arrecadação anual da cidade.

Dado o contexto territorial supracitado, o CRAS Volante desenvolve um serviço para promoção de direitos básicos, como alimentação e moradia, seguindo a uma dinâmica de busca ativa ao se direcionar a localidades distantes.

“O CRAS Volante foi instituído em Ouro Preto pela Lei Complementar nº 211, de 25 de maio de 2022, com o objetivo de auxiliar os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de referência, principalmente em localidades afastadas da sede, como áreas rurais, comunidades indígenas e quilombolas. Estruturado em uma van, o equipamento leva os serviços de assistência social as famílias, entre eles, o CadÚnico, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS), Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Autista (CIPTEA) e Identidade Jovem (ID Jovem)” (JORNAL voz ativa, 2025).”

A instituição conta em sua equipe com uma Assistente Social³³, uma Psicóloga, uma Pedagoga, um Coordenador, dois educadores sociais e uma pessoa responsável pelo setor administrativo e o CADÚNICO.

O equipamento atua diretamente na viabilização de direitos que na maioria das vezes os(as) usuários nem sabem que possuem. Os usuários atendidos pela instituição correspondem

³³ Tanto a Assistente Social, quanto a Psicóloga, em grande semelhança possuem os mesmos instrumentos de trabalho na atuação profissional, indo desde a escuta ativa até a elaboração de evoluções de caso. Estas características técnicas semelhantes de ambas em seus exercícios profissionais estão vinculadas ao trabalho interdisciplinar que se complementam perante o encontro das diferenças ligadas ao olhar profissional de cada uma sobre a realidade social, de acordo com sua respectiva formação acadêmica.

a um público que tem como principal particularidade uma grande dificuldade de acesso a um CRAS convencional, visto que são usuários presentes em distritos ou subdistritos extremamente isolados que podem ser caracterizados como áreas rurais. Diante desta observação, analisa-se que a vulnerabilidade dos usuários no município, na área urbana de Ouro Preto, mais especificamente na sede, se diverge em alguns aspectos ao com os que vivem na zona rural. Essa diferença entre a vulnerabilidade urbana e rural pode ser vista com base na análise visual socioespacial das fotografias a seguir da sede do município de Ouro Preto (FIG. 3) onde se encontram as históricas ruas, casas, construções e Igrejas e da zona rural localizada no povoado de Catarina Mendes (FIG. 4), também pertencente ao município, com casas distantes umas das outras, estradas de terra e uma vultosa presença da vegetação nativa em todas proximidades.

Figura 3 - Fotografia do Centro histórico do Município de Ouro Preto



Fonte: Autoria própria (2025)

Figura 4 - Fotografia de um dos locais que integram a zona rural de Catarina Mendes



Fonte: Autoria própria (2025)

Tendo em vista que a cidade de Ouro Preto possui uma área territorial amplamente extensa nota-se a importância do fortalecimento da estratégia de busca ativa neste território extremamente amplo, principalmente nas áreas rurais que ficam localizadas em sua grande maioria nos distritos e subdistritos do município. De acordo com as autoras Davet e Sokalski (2024, p. 2) “a realidade social em que vive a população rural, a condição social, as condições e estrutura de acesso ao sistema de proteção social básica e especial e demais políticas e serviços públicos requerem um olhar aprofundado, aproximado, contemporâneo”, reforçando e consolidando ainda mais a importância da estratégia de busca ativa.

3.1.1. Análise e reflexão acerca do perfil dos (as) usuários atendidos pelo CRAS Volante a partir da experiência de estágio e compreensões postas no diário de campo

Conforme mencionado anteriormente, o perfil e as necessidades dos usuários residentes na zona urbana diferem significativamente daqueles que habitam os distritos, assim pudemos experienciar diferentes demandas. O CRAS Volante atua em regiões extremamente

remotas que, apesar de abrigarem atividades mineradoras em suas proximidades — muitas vezes nos próprios quintais dos moradores —, carecem de qualquer estrutura básica voltada à subsistência da população local, como é o caso do distrito de Mota. A maioria dos usuários atendidos é composta por mulheres, em sua maioria mães, que frequentemente enfrentam problemas de saúde, sejam eles de natureza física ou emocional. Mulheres que querem ter uma independência financeira, mas que não tem onde deixar os filhos para que possam trabalhar, seguras. À priori, pode-se presumir que tais adversidades assemelham-se às enfrentadas em áreas urbanas; no entanto, uma análise mais aprofundada das especificidades desses territórios revela distinções significativas, sobretudo no que se refere ao acesso a direitos, serviços e recursos essenciais.

Em outras localidades como Catarina Mendes, a população atendida é composta majoritariamente por trabalhadores rurais e caseiros contratados por períodos sazonais, os quais, em diversas situações, laboram em troca apenas de moradia e alimentação. Observa-se uma demanda expressiva relacionada a questões documentais, uma vez que muitos desses indivíduos não possuem consigo seus documentos pessoais — seja por tê-los extraviado, seja porque estes permanecem sob a posse de seus empregadores. Tais circunstâncias conduziram a um impasse significativo, uma vez que a ausência de documentação básica inviabiliza o andamento de quaisquer procedimentos administrativos ou jurídicos. Em determinados casos, constatou-se que os indivíduos não possuíam sequer a certidão de nascimento, documento fundamental para o acesso a direitos e serviços essenciais.

Em um dos atendimentos na zona rural de Catarina Mendes, a Agente Comunitária de Saúde (ACS) nos apresentou um caso de uma família, composta por duas pessoas idosas, que passava por momentos de dificuldades alimentar e socioeconômica, a fonte de renda de ambos advinha/advém da agricultura familiar, que muitas das vezes depende de períodos sazonais para render uma boa colheita e uma renda minimamente significativa a partir da venda dos alimentos. Os mesmos não conseguiam ir até a van de atendimento, pois residiam longe do local que ocorria os atendimentos, e para chegarmos até a família também seria difícil para equipe, por ser um local afastado e que não conhecíamos. Porém através do auxílio da ACS conseguimos acessar a família, apresentar os benefícios aos quais eles tinham direito e orientá-los sobre documentação para aposentadoria. E através de alguns benefícios eventuais de caráter emergencial foi possível amenizar algumas dificuldades da família, dando prosseguimento ao acompanhamento familiar.

Outra problemática recorrente observada em determinados distritos e subdistritos refere-se ao uso abusivo de substâncias alcoólicas por parte de alguns usuários. Trata-se de

indivíduos que, em razão do consumo excessivo de álcool, ou outras substâncias psicoativas não conseguem manter uma condição de vida minimamente digna, apresentando limitações significativas quanto à alimentação, higiene pessoal, autonomia e demais aspectos essenciais à existência com dignidade. Como consequência, tornam-se totalmente dependentes de terceiros para suprirem suas necessidades básicas. Cabe ressaltar que a atuação do assistente social, nesse contexto, não consiste em persuadir tais indivíduos a aderirem a tratamentos específicos, mas sim em assegurar o acesso aos seus direitos, de modo a garantir-lhes o mínimo necessário para uma vida com dignidade.

Diante das realidades expostas, constata-se que o perfil dos usuários atendidos nas regiões urbanas e nos distritos apresenta particularidades que demandam olhares e estratégias diferenciadas por parte da política de assistência social. As situações de vulnerabilidade são multifacetadas, marcadas por fatores como o isolamento geográfico, a precariedade das condições de vida, a ausência de documentação civil básica e o uso abusivo de substâncias psicoativas. Essas condições não apenas dificultam o acesso a direitos fundamentais, como também evidenciam a importância de uma atuação sensível, comprometida e estratégica da assistente social. Nesse contexto, torna-se imprescindível a articulação intersetorial complementada pela busca ativa e a efetivação de políticas públicas que considerem as especificidades territoriais, garantindo que todos os indivíduos, independentemente de sua localização ou condição, tenham assegurado o direito a uma vida minimamente digna.

O CRAS Volante atua nas localidades do Mota, Engenheiro Corrêa, Cachoeira do Campo, Doutor, Rodrigo Silva, Amarantina, Miguel Burnier, Serra do Siqueira, Santo Antônio do Salto, Santo Antônio do Leite, Lavras Novas, São Bartolomeu, Mapa, Bandeiras, Chapada e Catarina Mendes, regiões extremamente distintas territorialmente e socialmente. Dentre estas 17 regiões foram escolhidas duas localidades para empregarmos uma análise diante o funcionamento da busca ativa exercida pelo equipamento, o subdistrito do Mota e a zona rural de Catarina Mendes. Estes lugares foram escolhidos devido aos seus distanciamentos da sede de Ouro Preto, com o Mota estando extremamente distante e Catarina Mendes estando consideravelmente mais perto, suas características e particularidades territoriais e a diferença latente entre o número de usuários cadastrados e atendidos em cada lugar. A análise documental comparativa entre as duas localidades busca saciar a indagação que surge perante a reflexão de que “o que leva uma região distante ter um quantitativo de demandas maior que uma região mais próxima?” e “como se dá o funcionamento da busca ativa em ambas localidades?”. A apreensão deste comparativo, leva-nos a entender se o

princípio da busca ativa, que é facilitar, ampliar e levar o acesso ao direito da proteção social aos usuários destas áreas, se cumpre ou se faz mais presente em uma e menos em outra.

3.2. Análise dos Dados

A análise de dados presente e compartilhada neste estudo tem como finalidade compreender os fatores que contribuem para a diferença significativa no número de usuários acompanhados pelo CRAS Volante em duas localidades do município de Ouro Preto: o subdistrito do Mota, pertencente ao distrito de Cachoeira do Campo, e a zona rural de Catarina Mendes, localizada próxima à sede do município. A princípio de entendimento é possível constatar que o território constitui-se como um elemento central que influencia diretamente nas demandas, o acesso aos serviços e a recorrência dos atendimentos.

A zona rural de Catarina Mendes, como pode ser visto na imagem via satélite (FIG.5), localiza-se a cerca de 9 km da sede do município de Ouro Preto, contabilizando a estimativa de aproximadamente 36 min de viagem, sendo formada por um território muito amplo com casas distantes umas das outras, estradas de terra e uma vultosa presença da vegetação nativa em todas proximidades. Não foram encontrados dados sólidos ou oficiais na internet acerca do número de habitantes que vivem no local, sendo esta a ausência de um dado quantitativo de extrema importância.

Figura 5 - Representação da distância e o tempo de deslocamento da sede de Ouro Preto até Catarina Mendes , via Satélite



Fonte: MICROSOFT (2025)

Catarina Mendes tem como principal particularidade o distanciamento sociodemográfico interposto em relação às casas dos moradores que ali vivem, entre uma e outra a distância pode ultrapassar quilômetros. Outra questão que remete não só a um dos conflitos enfrentados pela população que ali vive, mas também a importância da presença do CRAS Volante na localidade, é o esquecimento por parte da administração e do poder público de Ouro Preto, evidenciado na manchete e no trecho da notícia a seguir (FIG. 6)

Figura 6 - Trecho da notícia onde um morador denuncia o esquecimento de Catarina Mendes em uma sessão ordinária realizada no município de Ouro Preto

Morador denuncia abandono de Catarina Mendes e cobra melhorias na zona rural de Ouro Preto

Publicado em 31/07/2025 às 11:50 por Roberto Verona

Dificuldades de acesso, falta de serviços públicos e insegurança foram temas levados à Câmara por representante da comunidade

Por: Hynara Versiani

Na sessão ordinária da Câmara Municipal de Ouro Preto realizada na terça-feira (20), o morador Geraldo Coelho utilizou a Tribuna Livre para denunciar a situação de abandono vivida pelos residentes da comunidade rural de Catarina Mendes. Em sua fala, ele destacou que os problemas enfrentados há mais de uma década permanecem sem solução, com impacto direto no cotidiano da população local.

“O maior obstáculo que enfrentamos é o acesso. Quando chove, ficamos isolados, sem condições de sair ou voltar para casa”, relatou. De acordo com Coelho, a precariedade das estradas compromete o direito de ir e vir, refletindo negativamente em áreas essenciais como saúde, educação, trabalho e segurança.

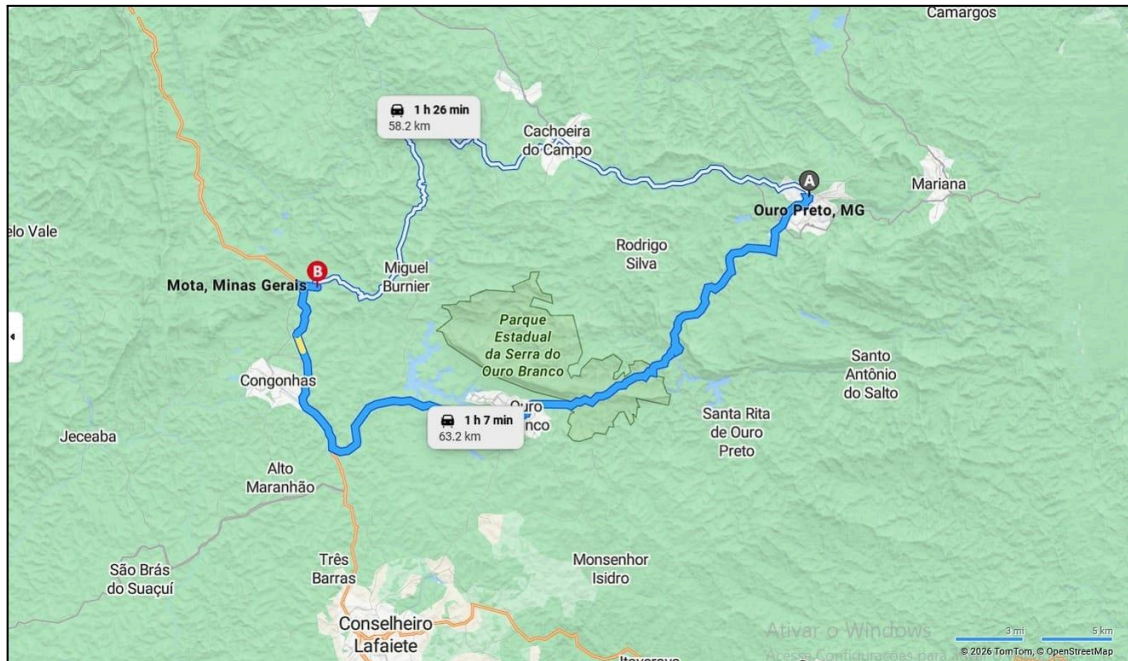
Durante a apresentação, ele enumerou trechos críticos da região, como a travessia da Serra do Boqueirão, a estrada pelo Alto dos Cardosos, o fim abrupto do asfalto no Sítio dos Pinheiros e a falta de saída viável por Granjeiras. Ele afirmou que os moradores já enviaram ofícios cobrando soluções, mas não receberam resposta nem previsão de obras.

“Não se trata apenas da estrada em si, mas do que ela nos nega. Sem estrada, não temos acesso aos serviços básicos. Já perdi compromissos por conta do barro, e há famílias que precisaram sair de Catarina Mendes para que os filhos pudessem estudar com regularidade”, lamentou.

Fonte: Território Notícias (2025)

Mota, subdistrito do distrito de Miguel Burnier é a localidade pertencente a Ouro Preto mais distante da sede do município, possuindo cerca de 63 km de distância, como pode ser visto na imagem via satélite (FIG. 7), contabilizando a estimativa de aproximadamente 1h e 7 min de viagem. O local possui cerca de aproximadamente 500 moradores, de acordo com um estudo publicado em 2018 por Akinruli (2018, p. 214), mas levando em consideração a presença da indústria minerária no local, parte destes habitantes devem compor uma parcela significativa da chamada população flutuante.

Figura 7 - Representação da distância e o tempo de deslocamento da sede de Ouro Preto até o subdistrito do Mota, via Satélite



Fonte: MICROSOFT (2025)

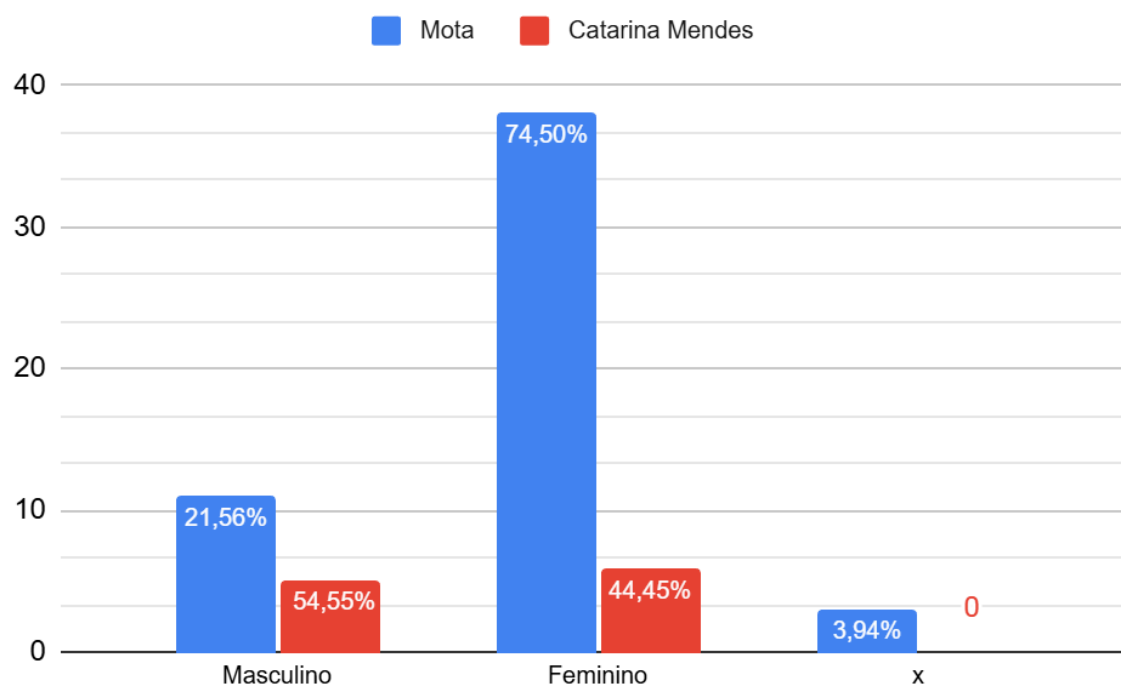
Apesar do distrito de Mota não se parecer com uma típica zona rural, como é retratado na fotografia a seguir (FIG. 8), - comparado ao distrito de Catarina Mendes - com casas distantes umas das outras possuindo grandes terrenos, direcionamos esta característica de zona rural a localidade por conta de seu distanciamento em relação a sede de Ouro Preto, a forte vulnerabilidade econômica e social do local, a sensação de uma rotina pacata vivenciada por aqueles que ali moram - visto que não a pontos de lazer ou afins - dentre outros elementos atribuídos aos aspectos de área rural. Vale ressaltar que ao usarmos o termo “zona rural” não estamos generalizando que toda localidade rural possua tais características supracitadas, no caso específico e particular de Mota, essas características comumente ligadas a zona rural se fazem presentes no referido lugar. Avançando para uma análise mais crítica, poderíamos dizer que a partir das particularidades de Mota o subdistrito se caracteriza como uma zona rural minerária devido a grande presença de empresas extrativistas de minério em volta do local, como pode ser visto na imagem via satélite onde o subdistrito é sinalizado pelo ícone de localização em vermelho (FIG. 9). A presença dessas empresas enquadra o Mota dentro do conceito de ruralidade estabelecido pelo IBGE (2023, p.171) que consiste em um conjunto intrincado de costumes, atividades e características conexas não só do mundo rural, mas também do urbano, onde coexistem empresas com alta tecnologia e que possuem ligações com grupos econômicos diversos e com a natureza.

Tendo em vista a apresentação e caracterização territorial das respectivas localidades, realizamos uma análise documental comparativa entre o quantitativo de usuários (as) assistidos na zona rural. A análise se deu por meio do Registro Mensal de Atendimentos (RMA), referente ao ano de 2025 e a planilha de cadastro das famílias atendidas pelo CRAS Volante, cujo os dados foram disponibilizados pela instituição mediante a formulação de um termo de compromisso para utilização de dados conforme visto no ANEXO B. Salienta-se que os dados foram sistematizados de maneira totalmente sigilosa, sem a identificação de qualquer informação que comprometa ou remeta a identificação dos (as) usuários. Para uma melhor visualização e sistematização dos dados foram estabelecidas 6 categorias de análise: Identificação, Meios de trabalho, Moradia, Família, Acesso ao CRAS volante e Benefícios acessados.

Antes de nos debruçarmos sobre a construção das análises comparativas, constata-se que foram analisados todos os usuários cadastrados na planilha das famílias atendidas do CRAS Volante no que se refere às localidades do Mota e Catarina Mendes. O subdistrito do Mota contou com o quantitativo de 52 usuários e a zona rural de Catarina Mendes contou com o número de 11 usuários. A inquietação acerca da discrepância vista em relação ao número de usuários cadastrados, estabeleceu o ponto de partida para este estudo.

A primeira comparação, representada por meio do gráfico quantitativo presente na Tabela 1, sinaliza a predominância do cadastro de usuários do gênero feminino na localidade do Mota representando cerca de 74,5% em relação a Catarina Mendes que possui mais da metade, cerca de 54,5%, dos cadastros sendo preenchidos pelo gênero masculino. Essa diferença evidencia um acesso distinto em relação ao recorte de gênero em ambas localidades, a maior presença do público feminino no Mota pode estar intrinsecamente ligada à questão territorial e minerária, assim como a maior presença do público masculino em Catarina Mendes pode estar relacionada ao território e os meio de locomoção até o local onde o CRAS Volante realiza os atendimentos.

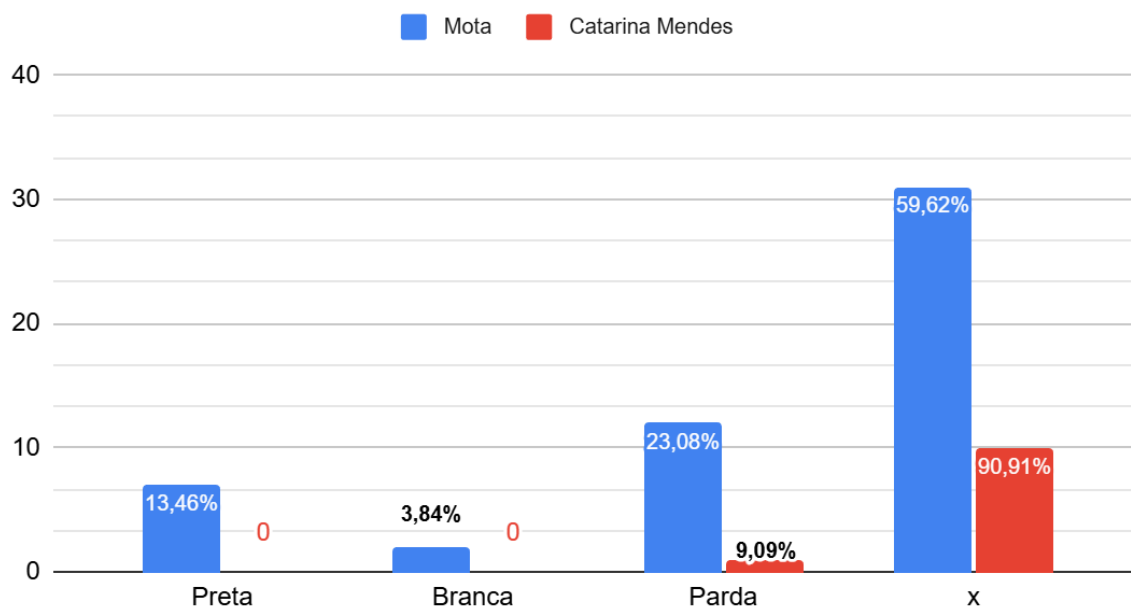
Tabela 1 - Gráfico quantitativo de identificação de gênero dos(as) usuários das localidades de Mota e Catarina Mendes



Fonte: Elaboração própria (2025)

A segunda comparação, representada por meio do gráfico quantitativo presente na Tabela 2, demonstra a forte presença quantitativa de usuários que se identificam como pardos e pretos no Mota com cerca de 23,8% usuários pardos e 13,46% pretos, e Catarina Mendes com cerca de 9,09% dos usuários cadastrados sendo pardos, reforçando a presença deste público no acesso a política pública de assistência social, estando totalmente ligado às particularidades da formação sociohistórica brasileira fundamentada na exclusão social dos negros ex escravizados. O gráfico também retrata a falta de informações acerca da declaração de raça - sinalizada pelo 'x' - onde 59,62% dos usuários cadastrados do Mota e 90,91% dos usuários cadastrados de Catarina Mendes não possuem identificação de raça em seus cadastros, sendo este um dado de extrema importância para elaboração de intervenções e conhecimento do público atendido.

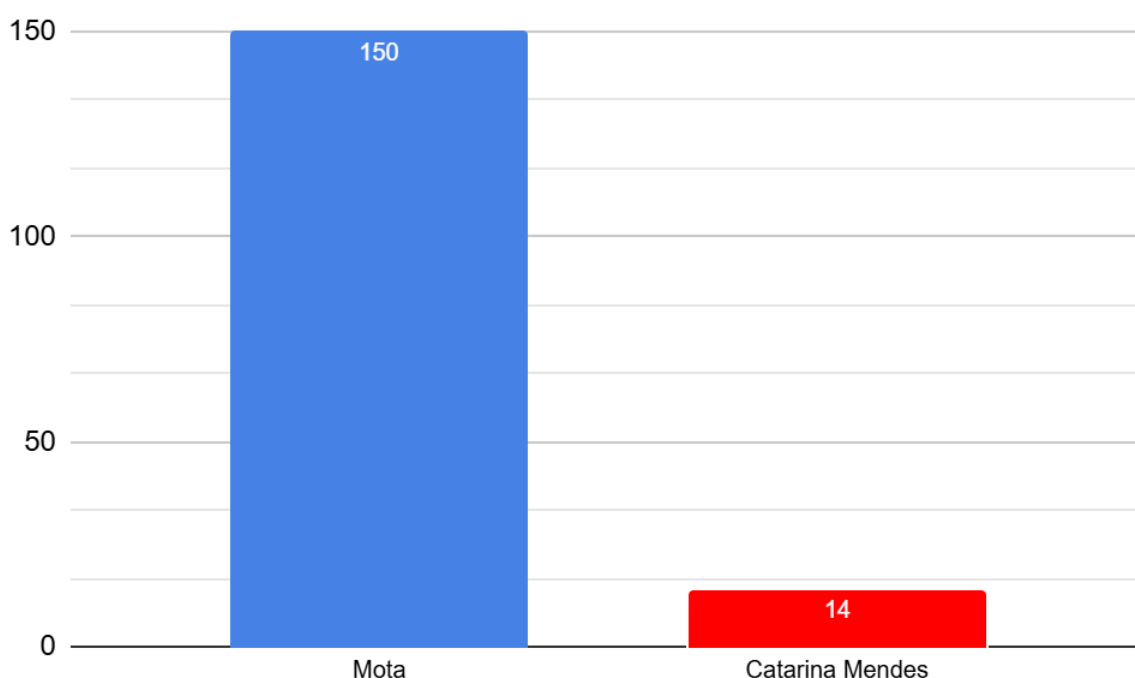
Tabela 2 - Gráfico quantitativo de identificação de raça dos(as) usuários das localidades de Mota e Catarina Mendes



Fonte: Elaboração própria (2025)

A terceira comparação, representada por meio do gráfico quantitativo presente na Tabela 3, evidencia a diferença avassaladora entre o número de atendimentos realizados no ano de 2025 no subdistrito do Mota, contabilizando 150 atendimentos, e em Catarina Mendes, contabilizando 14 atendimentos realizados. Mesmo que levado em consideração a diferença entre o número de usuários cadastros em ambas localidades, surge uma certa indagação diante dos números, que pode ser respondida a partir da análise territorial que evidencia uma maior vulnerabilidade social e facilidade de acesso ao equipamento. Em Mota o CRAS Volante realiza seus atendimentos utilizando a estrutura do posto de saúde, ficando em um local fixo e de fácil acesso para os usuários, tendo em vista também que o local não é muito extenso. No caso de Catarina Mendes o CRAS Volante também se mantém em um local fixo, mas devido o caráter sociodemográfico do local, são poucos os usuários que conseguem e tem condições de se deslocar até o local dos atendimentos, o que sugere uma maior efetividade da busca ativa na região.

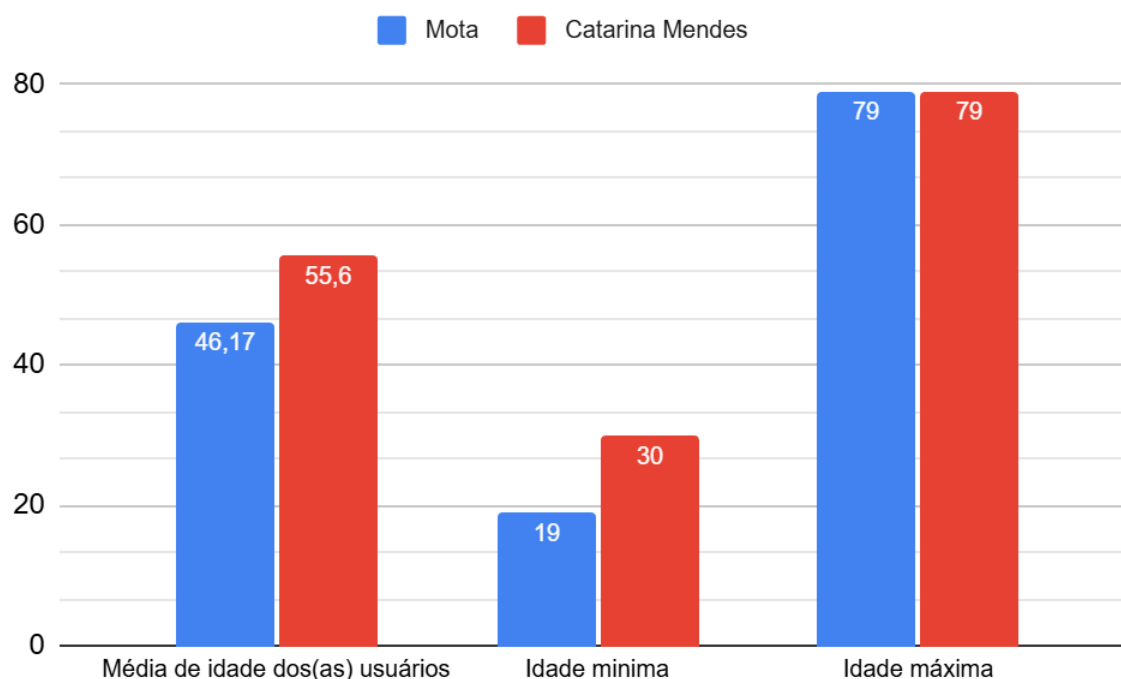
Tabela 3 - Gráfico quantitativo do número de atendimentos realizados nas localidades de Mota e Catarina Mendes em 2025



Fonte: Elaboração própria (2025)

A quarta comparação, representada por meio do gráfico quantitativo presente na Tabela 4, sinaliza a predominância de um público mais próximo da terceira idade em ambas localidades, com Catarina Mendes possuindo uma média de idade de 55,6 anos, enquanto no Mota a média de idade chega a 46,17 anos. Este indicativo de idade das duas localidades reforça a importância de um planejamento de ações voltadas para este público, em suma, idoso, com temáticas de conscientização acerca dos direitos e contribuições relacionadas ao acesso da aposentadoria e um envelhecimento saudável, e também acaba evidenciando como este público está tendo um envelhecimento acompanhado de um empobrecimento que incide sobre diversas esferas da vida, sinalizando a importante necessidade da construção de políticas específicas voltadas para esta questão.

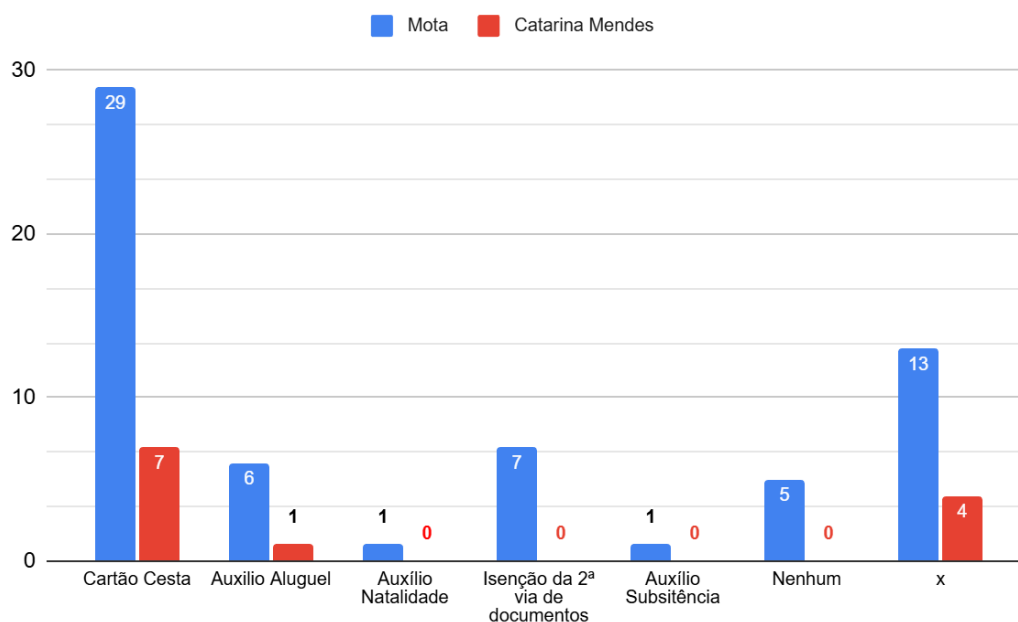
Tabela 4 - Gráfico quantitativo da média de idade dos(as) usuários assistidos nas localidades de Mota e Catarina Mendes



FONTE: Elaboração própria (2025)

A quinta e última comparação deste estudo, representada por meio do gráfico quantitativo presente na Tabela 5, demonstra que a vulnerabilidade alimentar é algo recorrente em ambas localidades, no Mota 29 dos 52 usuários acessam o benefício do cartão cesta, em Catarina Mendes 7 dos 11 usuários acessam o benefício. No município de Ouro Preto a cesta básica física convencional foi substituída por um cartão que possui um valor de R\$300,00, dando ao usuário uma maior autonomia na compra de seus itens alimentícios, higiênicos e afins. Estes números vistos na localidade do Mota e Catarina Mendes evidenciam a importância da busca ativa na propagação deste benefício que não só complementam uma renda ou compram alimentos, mas também reduzem ao menos uma incerteza vivenciada por muitos usuários da política pública de assistência, no que diz respeito a saber se vai ter as mínimas condições de se alimentar. Os números contabilizados nas colunas “nenhum” e nas coluna “x” representam o número de usuários cadastrados que chegaram a buscar o atendimento no equipamento por pelo menos uma vez no ano de 2025 e não se enquadraram nos critérios de renda para acesso aos benefícios, junto também de usuários cadastrados que chegaram a ter acesso ao equipamento e benefícios em anos anteriores, mas não voltaram a comparecer no ano de 2025.

Tabela 5 - Gráfico quantitativo dos benefícios eventuais acessados pelos(as) usuários de Mota e Catarina Mendes em 2025



Fonte: Elaboração própria (2025)

A partir da análise comparativa dos dados obtidos e aprofundamento do estudo acerca do tema, posso destacar cinco pontos reflexivos diante dos resultados alcançados. O primeiro ponto que gostaria de destacar é sobre a falta de uma sistematização de dados dos usuários cadastrados no CRAS Volante em conjunto de uma carência no preenchimento de informações de identificação dos usuários, principalmente no que se refere a identificação de gênero e raça, como é evidenciado nos resultados obtidos. Toda construção e síntese dos dados para quantificação partiram de informações padrões como nome e CPF presentes na planilha de cadastros, a sistematização detalhada dos dados começou a se estruturar e tomar forma a partir do momento em que comecei a analisar o cadastro dos 63 usuários cadastrados, juntando os do Mota e Catarina Mendes, em conjunto da análise do registro de cerca de 150 evoluções de caso referentes ao número de usuários supracitados. A sistematização de dados é uma ferramenta muito importante, principalmente quando está associada a busca ativa, para se ter uma noção e conhecimento do público que está sendo atendido em cada localidade, possibilitando o direcionamento de ações mais assertivas e eficientes para a especificidade de cada público.

O segundo ponto remete às observações que fui construindo durante a análise de cerca de 150 evoluções de caso para poder construir a sistematização com as informações necessárias para as categorias de análise. As evoluções de caso são basicamente um relato do

que ocorreu nos atendimentos dos usuários diante da demanda e aflições que eles trazem, a cada atendimento realizado, uma evolução é construída. As evoluções explanam e retratam as latentes manifestações da questão social nestes territórios, tanto nos registro de evolução dos usuários do Mota quanto nos de Catarina Mendes a á presença de situações em que alguns usuários apresentam estar na beira da extrema pobreza sem possuir nada do que comer dentro de casa, havendo também uma grande ocorrência no relato de usuários que lidam com o etilismo e consumo de psicoativos e uma quantidade significativa, no Mota, de mães solo que muitas das vezes não recebem pensão alimentícia dos ex companheiros. Estas manifestações das expressões da questão reforçam a importância da busca ativa como uma estratégia de enfrentamento às mesmas.

O terceiro ponto consiste na reflexão de uma pergunta que me surgiu no decorrer da análise dos dados, ao me deparar com a quantidade de atendimentos realizados, a média de idade dos usuários e o acesso majoritário ao benefício do cartão cesta em ambas localidades, me perguntei como que os usuários faziam para acessar os benefícios socioassistenciais antes da implementação do CRAS Volante no município? A pergunta não será respondida neste estudo, apenas está sendo colocada como uma provocação para reflexão. A criação da instituição partiu de uma conferência municipal onde moradores dos locais que hoje são atendidos pelo CRAS Volante manifestaram suas insatisfações acerca da dificuldade de acesso aos CRAS de referência de suas localidades. Este questionamento abre espaço para duas análises breves, uma é sobre a demora de anos do poder público de Ouro Preto para tomar uma atitude em relação a criação de um equipamento que levasse o acesso à proteção social até o público presente nestas localidades distantes da sede do município. A outra ressalta que a criação do CRAS Volante partiu de uma reivindicação da população, retratando mais uma conquista que parte dos movimentos sociais e da luta de classes.

O quarto ponto diz respeito ao funcionamento da busca ativa no Mota e em Catarina Mendes. A exposição dos dados refletem claramente a diferença quantitativa entre entre os localidades no remete ao número de atendimentos, cadastros de usuários e afins. Considerando as particularidades dos territórios o que fica subentendido é que a extensa distância do subdistrito do Mota, a presença da indústria minerária em seu envolto que por si só já propaga e hiperboliza as diversas expressões da questão social no local e sua configuração socioespacial não só levam mais usuários a buscar o atendimento no equipamento mas também demonstra uma facilidade maior ao acesso da instituição que realiza seus atendimentos no posto de saúde do lugar. No caso de Catarina Mendes devido sua configuração socioespacial consistir no longo distanciamento entre uma casa e outra,

principalmente em relação ao lugar em que o CRAS Volante realiza os atendimentos, o funcionamento da busca ativa não se torna tão eficaz, levando em consideração a dificuldade de locomoção dos usuários que ali residem até o local, o que acaba refletindo no baixo número de atendimentos. Em Catarina Mendes, uma das alternativas para tornar o funcionamento da busca ativa mais eficaz, alcançando um número maior de usuários, seria tornar a busca ativa mais ativa, ao invés de ficar em lugar fixo, a equipe poderia se deslocar até a casa dos usuários e potenciais usuários que necessitam e até muitas das vezes desconhecem o direito de acesso aos benefícios disponibilizados pelo CRAS. A identificação de potenciais usuários poderia partir de um mapeamento social da área em conjunto de uma ACS que atende o território.

O quinto e último ponto que conclui esta análise salienta a importância do CRAS Volante e seu princípio de funcionamento dado por meio da busca ativa que acarreta na ampliação ao acesso de direitos nos territórios de Ouro Preto que muitas das vezes caem no esquecimento do poder público. Assim como a política pública de assistência tem muito o que avançar o CRAS Volante também muito o que se aprimorar, considerando seu grande potencial que já é retratado por meio das suas ações e serviços aplicado na realidade de muitas pessoas, que, por conta da dinâmica da sociedade capitalista e que cada vez mais hipertrofia as expressões da questão social, acabam necessitando da política pública de assistência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando foi iniciada a elaboração da pesquisa a intenção da análise diante o funcionamento da busca ativa enquanto estratégia de enfrentamento às expressões da questão social na zona rural de Ouro Preto a partir do CRAS Volante partia do princípio de que deveria ser analisada a eficiência das ações da instituição sobre os territórios atendidos. No decorrer do processo de desenvolvimento da sistematização de dados e as comparações quantitativas entre as localidades referentes ao subdistrito do Mota e a zona rural de Catarina Mendes, foi visto que a compreensão diante a eficiência, não era um caminho certo a ser seguido.

A compreensão que partia de uma análise da eficiência da busca ativa nos territórios tinha como princípio um olhar mais imediato acerca do que poderia estar ocasionando a diferença latente entre o número de usuários atendidos no Mota e o número de usuários atendidos em Catarina Mendes, a possível resposta era simples, essa diferenciação se dava por

conta da falta de planejamento do equipamento ou o não cumprimento de seu principal fundamento que é a busca ativa.

Ao compreender o funcionamento da instituição, e não a eficiência, por meio da elaboração das categorias de análises, conhecimento das características de cada território analisado e a construção de um escopo teórico fundamentado em um olhar mediado por um senso crítico acerca da realidade material, foi possível reconhecer a importância da instituição e os fatores que permeavam a grande diferença no número de usuários atendidos.

A atuação do CRAS Volante se mostra relevante no atendimento às demandas dos territórios analisados, enfatizando a importância de estratégias que ampliem o acesso da população aos serviços socioassistenciais. A análise dos dados obtidos por meio do registro mensal de atendimentos e a planilha de cadastros de famílias assistidas pelo equipamento permitiu identificar as principais manifestações da questão social presentes nas localidades, clareando e direcionando um caminho para possíveis elaborações de políticas sociais direcionadas a estes locais. Em contrapartida, sem abdicar de um olhar crítico, assim como a política pública de assistência tem muito o que avançar, o CRAS Volante também tem muito o que aprimorar, principalmente no que diz respeito a uma identificação completa de seus usuários atendidos, visto que muitas informações se encontram ausentes.

Também cabe aqui ressaltar e reconhecer o esforço e comprometimento da equipe do CRAS Volante na execução dos serviços prestados pela instituição. As viagens realizadas até as localidades distantes e a apreensão das demandas que surgem nas mesmas, demandam um grande dispêndio de energia mental e física, o corpo cansado e a cabeça zonga após longas viagens não só sinalizam um dos desafios enfrentados pelos e pelas profissionais mas também retratam que o princípio da propagação da universalização de direitos está sendo cumprido.

Nesse contexto, a busca ativa destacou-se como uma estratégia essencial para a identificação de indivíduos e famílias no subdistrito do Mota e na zona rural de Catarina Mendes que por muito tempo ficaram desassistidos pela política pública de assistência e que por conta de diversos motivos, não acessam facilmente a rede de proteção social e seus direitos. Além de se evidenciar como uma forte estratégia no enfrentamento das expressões da questão social, ela também retrata os limites das políticas sociais no cenário contemporâneo neoliberal que frequentemente sofrem cortes orçamentários de investimento com o objetivo de minimizar os efeitos da crise capitalista, fazendo com que haja retrocessos dentro das políticas sociais, a retirada de direitos conquistados por parte da classe trabalhadora e a hipertrofia da questão social e suas expressões, que se tornam cada vez mais difícil de ser enfrentadas a partir do mínimo que cada vez e a cada crise se reduz mais.

REFERÊNCIAS

- AKINRULI, L. C. M. C. *A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais*. Belo Horizonte: Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- ASSISTÊNCIA SOCIAL, Portal informativo sobre a assistência social. *Sistema Único de Assistência Social (SUAS): O que é e sua atuação*, 26 maio 2025. Disponível em: <<https://assistenciasocial.com.br/suas/>>. Acesso em: 18 de Fevereiro de 2026.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história* [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2016. (Biblioteca básica de serviço social, v. 2). ISBN 978-85-249-2445-3.
- BOSCARI, Marilene; DA SILVA, Fátima Noely. *A trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública*. Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde, p. 108-127, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993: LOAS anotada**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania. Disponível em: <<https://www.bing.com/ck/a?!&&p=b9028e1799537f0cf3bfc89454e806e37d2abb0297ada40a6f4b14dd6ce65388JmltdHM9MTc3MTgwNDgwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=141eea46-363b-6886-1709-fe7a37426920&psq=Lei+n%c2%ba+8.742%2c+de+7+de+dezembro+de+1993%3a+LOAS+anotada&u=a1aHR0cHM6Ly93d3cucGxhbmFsdG8uZ292LmJyL2NjaXZpbfF8wMy9MRUITL0w4NzQyLmh0bQ>>. df. Acesso em: 16 fev. 2026.
- BRASIL. **Plano Decenal de Assistência Social 2016–2026**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Conselho Nacional de Assistência Social, 2016. Disponível em: <Plano-Decenal-2016-2026.pdf>. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2026.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em: <PNAS_2004.indd>. Acesso em: 18 de Fevereiro de 2026.
- BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Temporalis, v. 17, n. 34, p. 53-76, 2017.
- CISNE ALVARO, Mirla. *Colonização, patriarcado e racismo: uma análise feminista e antirracista de um Brasil oculto e pungente*. O Social em Questão, n. 60, 2024.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DA SILVA, Edneia Maria et al. *Estudo SócioEconômico E O Serviço Social: Instrumental Para Atuação Profissional Competente*. TCC-Serviço Social, 2016.
- DAVET, Aurea Bastos; SOKALSKI, Jéssica Felski. *Serviço Social e Políticas Públicas para a População Rural*. 2024.

DUSSEL, Enrique. **1492 O encobrimento do outro**. A origem da modernidade: Conferências de Frankfurt. Segunda parte. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline Gazola. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Editora da UFRGS, 2016.

GARCIA, Renata Rocha Anjos. **Busca Ativa: um instrumento de visibilidade ou reafirmação da invisibilidade no contexto da política de assistência social**. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. 2019. p. e-2792.

GOOGLE. Google Maps: **imagem de satélite do município do subdistrito do Mota – MG**. s.d. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2026.

GONÇALVES, Nayla. **A crise estrutural do sistema sociometabólico capitalista e os seus rebatimentos sobre a classe trabalhadora**. 2015.

GUERRA, Yolanda. **Precarização estrutural do trabalho e requisições profissionais: mudança no ethos, no perfil e no modus operadi do trabalho de assistentes sociais**. XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela et al. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis, v. 2, n. 3, p. 9-32, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2020. ISBN 978-65-5555-037-5.

IANNI, Octávio. **A questão social**. Ciência & Trópico, [S. l.], v. 17, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/436>. Acesso em: 15 Fevereiro de 2026.

IBGE. **Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil / IBGE, Coordenação de Geografia**. 2023. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ano. Disponível em: <IBGE | Biblioteca>. Acesso em: 22 de Fevereiro de 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades. Ouro Preto (MG)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ponte-nova/panorama>>. Acesso em: 28 de Novembro de 2025.

JACCOUD, Luciana; BICHIR, Renata; MESQUITA, Ana Cleusa. **O SUAS na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas**. Novos estudos CEBRAP, v. 36, n. 02, p. 37-53, 2017.

JORNAL VOZ ATIVA. **CRAS Volante de Ouro Preto se torna referência para municípios vizinhos**. 2025. Disponível em: <<https://jornalvozativa.com/noticias/cras-volante-ouro-preto-referencia-municipios-vizinhos/?fbclid=IwY2xjawJJAJpleHRuA2FlbQIxMQABHcQbRXOdntvtrbcNfwA7HR1xI7MuIqD>>.

HOytTox58n-I7HUnWNpnkp9QuX4w_aem_e7IQsRBVUQmDggcgTe_Aqg>. Acesso em: 21 Janeiro de 2025.

LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social. **LOAS anotada, Ministério do desenvolvimento e combate à fome**, 2009. Disponível em: loasanotada.pdf. Acesso em 15 de Fevereiro de 2026.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 67 p. ISBN 978-85-7743-080-2.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MDS, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social**. Ano de publicação 2009. W3 Norte - SEPN 515 – Edifício Ômega – Bloco B 70.770-502 – Brasília – DF. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_S_uas.pdf. Acesso em 03 de Março de 2025.

MEDEIROS, Juliana. **A História da Assistência Social no Brasil**. Blog GESUAS, 15 de maio 2020. Disponível em: <<https://blog.gesuas.com.br/historia-da-assistencia-social/>>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2026.

MELO e SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MICROSOFT. Bing Maps: **imagem de satélite demarcando a distância entre Ouro Preto e a zona rural de Catarina Mendes - MG**. s.d. Disponível em: <https://www.bing.com/maps>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2025.

MICROSOFT. Bing Maps: **imagem de satélite demarcando a distância entre Ouro Preto e o subdistrito do Mota - MG**. s.d. Disponível em: <https://www.bing.com/maps>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2025.

MIOTO, Regina Célia. **Estudos socioeconômicos**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 481-496, 2009.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014. 336 p. ISBN 978-85-7277-155-9.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação I. Lutas Sociais**, v. 27, n. 50, p. 61-73, 2023.

MOURA, Thiago Dornelis de. **O que é o SUAS: um mergulho no Sistema Único da Assistência Social**. 2025. Disponível em:

<o-que-e-o-suas-um-mergulho-no-sistema-unico-da-assistencia-social-2.pdf>. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2026.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2002.

NETTO, José Paulo et al. *Cinco notas a propósito da “Questão Social”*. Revista Temporalis, v. 2, n. 3, p. 41-40, 2001.

NETTO, José Paulo 1947 - **Introdução ao estudo do método de Marx**/ José Paulo Netto. - 1.ed.-São Paulo : Expressão Popular, 2011. 64 p.

NETTO, José Paulo, 1947, *Karl Marx* [recurso eletrônico] : uma biografia / José Paulo Netto. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

NETTO, José Paulo, **Economia política: uma introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz. – São Paulo : Cortez, 2006. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1

OLIVEIRA, Márcio Rubens de. *Aspectos históricos e estruturais da Assistência Social no Brasil*. 2022. 12 p. Disponível em: <<https://www.sigas.pe.gov.br/files/08042022034335-texto.3.aspectos.historicos.e.estruturais.d.a.assistencia.social.no.brasil.pdf>>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2026.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingos. *Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?*. Revista Katálisis, v. 9, n. 2, p. 166-175, 2006.

PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*. Estudos avançados, v. 13, p. 167-198, 1999.

POTRICH, Maithê. *Clientelismo e assistencialismo: a tradição da assistência social no Brasil*. Revista Vernáculo, v. 48, 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. *Prefeitura vai inaugurar a van do CRAS Volante e promover ação cidadã*. Portal da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Ouro Preto, 6 nov. 2023. Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/noticia/3674>. Acesso em: 31 ago. 2025.

SALES, Gabriela Azevedo Campos et al. *A construção da assistência social no Brasil: uma abordagem jurídica*. 2012.

SALVADOR, Evilásio. *Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo*. Serviço Social & Sociedade, p. 605-631, 2010.

SALVADOR, Evilásio. *Fundo público e financeirização da previdência social*. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

SANTOS, W. G dos, *Do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso*. In: _____ Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. *Clóvis Moura e a questão social no Brasil*. Revista Katálisis, v. 25, n. 2, p. 222-231, 2022.

TELLES, V. da S. *Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno*. In: _____. Direitos Sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

TERRITÓRIO, notícias. *Morador denuncia abandono de Catarina Mendes e cobra melhorias na zona rural de Ouro Preto*. 2025. Disponível em: < Morador denuncia abandono de Catarina Mendes e cobra melhorias na zona rural de Ouro Preto - Território Notícias>. Acesso em 23 de Fevereiro de 2026.

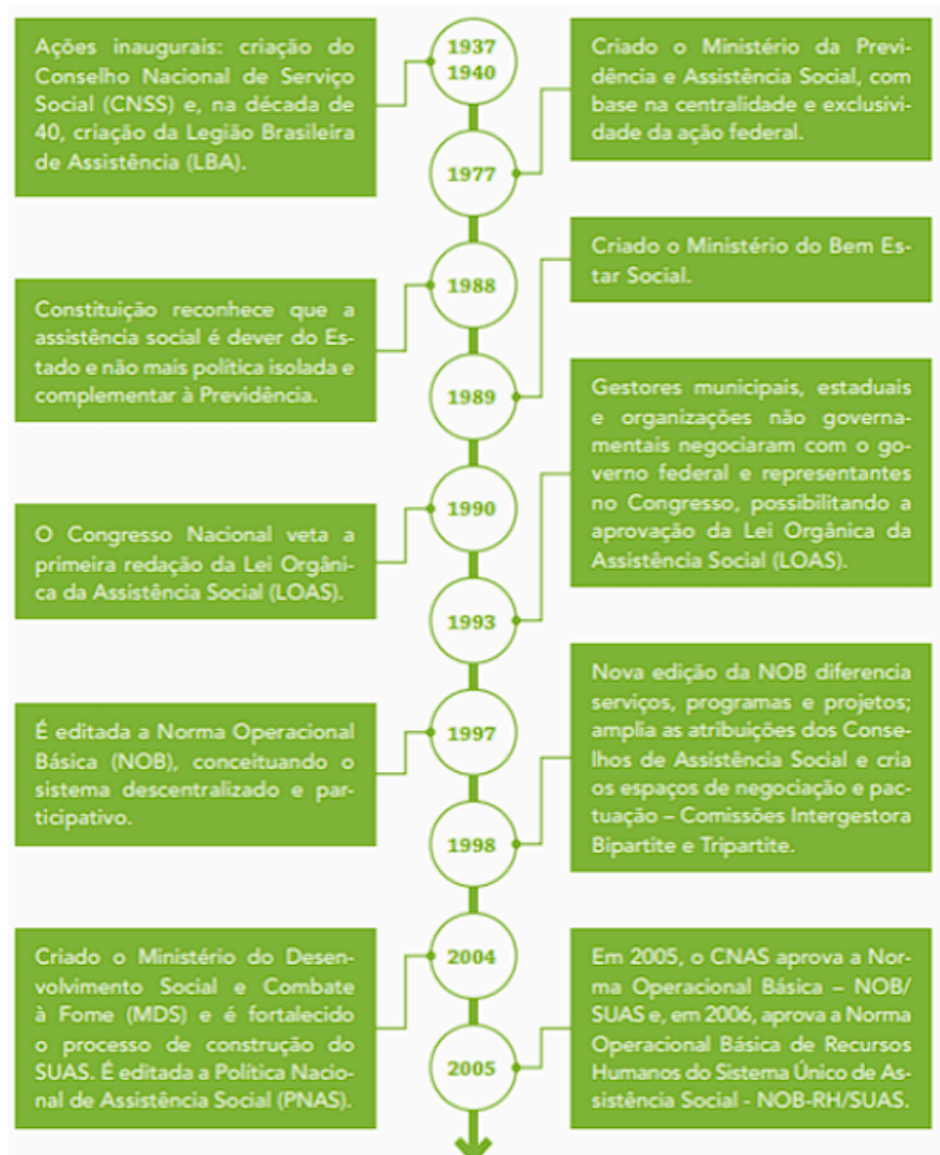
WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Maria Helena Martins. São Paulo: Boitempo, 2014

WOOD, E. M. *As origens agrárias do capitalismo*. Revista Crítica Marxista, v. 50, n. 3, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social* [livro eletrônico] / Maria Carmelita Yazbek. – São Paulo: Cortez, 2018.

ANEXOS

ANEXO A - Linha do tempo dos principais marcos históricos da política de assistência no Brasil até a instauração do SUAS



Fonte: Medeiros (2020)

ANEXO B - Termo de Compromisso para utilização de dados disponibilizados pelo CRAS Volante do município de Ouro Preto.

TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS - TCUD

EU Victor Alexandre Batista Ribeiro, abaixo assinado, pesquisador envolvido no trabalho de conclusão de curso intitulado como “Busca ativa como estratégia de enfrentamento às expressões da questão social na zona rural de ouro preto - mg: uma análise de sua efetividade a partir da experiência de estágio no cras volante do município”; assumo o compromisso de preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados nos arquivos das bases de dados da Instituição do CRAS Volante do município de Ouro Preto, pertencente a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania da cidade, que fornecerá os dados para a pesquisa, sendo eles: o registro mensal de atendimentos e a planilha de cadastro dos usuários atendidos pelo equipamento.

O pesquisador acima assume a responsabilidade de que todas as informações serão utilizadas exclusivamente para execução do presente projeto, e a divulgação destas somente serão feitas de forma anônima, ressaltando o compromisso de:

- I. Preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados;
- II. Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- III. Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa.
- IV. Que sejam respeitadas todas as normas da Resolução 466/12 e suas complementares na execução deste projeto.

Mariana, 03 de Dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 VICTOR ALEXANDRE BATISTA RIBEIRO
Data: 03/12/2025 10:24:26-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Victor Alexandre Batista Ribeiro
Pesquisador Responsável

Fonte: Autoria própria (2025)